



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,  
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO  
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

HENRIQUE EDUARDO BARROSO MOREIRA

O GOVERNO LULA E AS MEDIDAS DE UM GOVERNO DE FRENTE POPULAR  
DIANTE DA CRISE ECONÔMICA DE 2008

FORTALEZA

2014

HENRIQUE EDUARDO BARROSO MOREIRA

O GOVERNO LULA E AS MEDIDAS DE UM GOVERNO DE FRENTE POPULAR  
DIANTE DA CRISE ECONÔMICA DE 2008

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Teoria Econômica da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Maia Sobral

FORTALEZA

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

- 
- M838g      Moreira, Henrique Eduardo Barroso.  
              O governo Lula e as medidas de um governo de frente popular diante da crise econômica de 2008 /  
              Henrique Eduardo Barroso Moreira. – 2014.  
              69 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,  
              Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2014.  
              Orientação: Prof. Dr. Fábio Maia Sobral.
1. Crise financeira global, 2008-2009. 2. Frentes populares. I. Título.

---

CDD 330

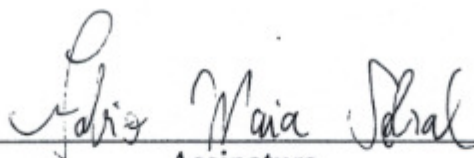
HENRIQUE EDUARDO BARROSO MOREIRA  
O GOVERNO LULA E AS MEDIDAS DE UM GOVERNO DE FRENTE POPULAR  
DIANTE DA CRISE ECONÔMICA DE 2008

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Teoria Econômica da Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: 02 / 12 / 2014

Banca:

Orientador (a):

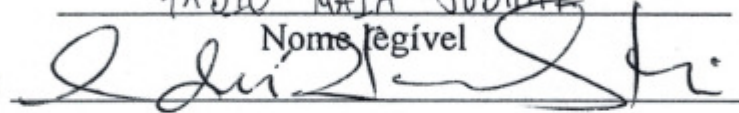


Assinatura

FABIO MAIA SOBRAL

Nome legível

1º Membro:

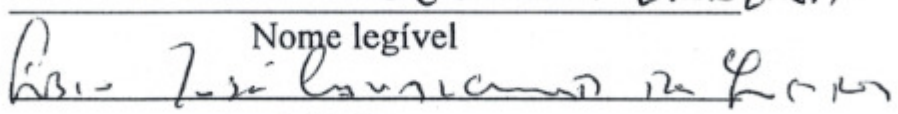


Assinatura

ANDRÉ VASCONCELOS FERREIRA

Nome legível

2º Membro:



Assinatura

FÁBIO JOSÉ CAVALCANTI DE QUEIROZ

Nome legível

## **AGRACEDIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Fabio Maia Sobral, pela excelente orientação e compreensão política da luta de classes.

Aos professores participantes da Banca examinadora Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz e Prof. Dr. André Vasconcelos Ferreira, coroando pelo tempo e pelas valiosas colaborações e sugestões.

À companheira Prof. Dra. Raquel Dias Araújo, do Centro de Educação da UECE, pelas reflexões, críticas e sugestões.

## RESUMO

Empregando o método dialético como método científico de pesquisa, estudamos a crise econômica mundial, iniciada em 2008, seus impactos sobre o Brasil e o papel desempenhado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. Expomos, em primeiro lugar, a origem das crises cíclicas do capitalismo, em especial, a crise econômica de 2008. Em seguida, analisamos os impactos da crise econômica mundial de 2008 sobre a economia brasileira, em particular, sobre os setores produtivo e financeiro. Por fim, discutimos o papel desempenhado pelo governo Lula – um governo de Frente Popular – diante da crise econômica de 2008 e apontamos as medidas concretas tomadas para enfrentá-la, identificando a classe social que se beneficiou com tais ações.

**Palavras-chave:** Lulismo. Crash de 2008. Medidas econômicas anticíclicas.

## RESUMEN

Empleando el método dialéctico como método de investigación científica, se estudió la crisis económica mundial, que comenzó en 2008, su impacto en Brasil y el papel desempeñado por el gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva. Expone, en primer lugar, el origen de las crisis cíclicas del capitalismo, en particular, la crisis económica de 2008. A continuación, se analizan los impactos de la crisis económica mundial de 2008 sobre la economía brasileña, en particular en los sectores productivos y financieros. Finalmente, se discute el papel desempeñado por el gobierno de Lula – un gobierno del Frente Popular - frente a la crisis económica de 2008 y señalamos las medidas concretas adoptadas para hacer frente a ella, la identificación de la clase social que se benefició de este tipo de acciones.

**Palabras clave:** Lulismo. Choque de 2008. Medidas económicas anticíclicas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Taxa de variação do PIB do mundo e dos EUA – 1990 – 2008.....	25
Gráfico 2 – Taxa de lucro dos EUA – 1990 – 2007.....	25
Gráfico 3 - Taxa de variação real do estoque de capital fixo líquido privado não residencial das corporações dos EUA – 1990 – 2007.....	27
Gráfico 4 – Participação dos lucros e dos salários no PIB dos EUA – 1990 – 2007.....	27
Gráfico 5 – Índice dos salários reais e da produtividade dos EUA – 1990 – 2007.....	28
Gráfico 6 - Variação do PIB no mundo em 2009.....	29
Gráfico 7 – O PIB de diferentes países do mundo em 2012.....	30
Gráfico 8 – Variação da produção industrial no Brasil no ano de 2008.....	55
Gráfico 9 – Variação do PIB entre 2005 e 2010 no Brasil.....	55
Gráfico 10 – Variação da taxa de emprego no Brasil em 2008.....	56
Gráfico 11 – Lucro líquido e margem líquida da Embraer 2005-2009.....	58
Gráfico 12 – Comprometimento com dívida no Brasil – Tempo e Renda 2010 – 2013.....	62
Gráfico 13 - Crédito total/PIB no Brasil 2001 – 2011 (%)......	63

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Financiamento das campanhas eleitorais para à Presidência da República, segundo setor econômico: 2002 e 2006.....	40
Tabela 2 – Finanças públicas, valores acumulados: 1995 – 2006.....	41
Tabela 3 – Renda, investimento e emprego: governo Lula versus governo Cardoso.....	42
Tabela 4 – Desembolso anual do sistema BNDES.....	43
Tabela 5 – Medidas anticíclicas do governo Lula.....	54
Tabela 6 – Quadro resumo da PEIC Nacional 2013.....	61
Tabela 7 – Endividamento por tipo de operação de crédito no Brasil 2010-2013.....	61
Tabela 8– Rendimento mensal no Brasil 2010 (Em salário mínimo).....	62

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
<b>I- AS CRISES CÍCLICAS DO CAPITALISMO E SUAS EXPRESSÕES ATUAIS: A CRISE ECONÔMICA DE 2008 EM FOCO .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1.Notas introdutórias sobre as crises do capitalismo .....</b>	<b>11</b>
<b>1.1.1Crise financeira: uma variedade das crises econômicas.....</b>	<b>18</b>
<b>1.2.A crise econômica de 2008 e suas especificidades .....</b>	<b>21</b>
<b>1.2.1As medidas adotadas nos principais países capitalistas do mundo.....</b>	<b>31</b>
<b>II – O GOVERNO LULA E O BLOCO DE PODER DOMINANTE: SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS .....</b>	<b>34</b>
<b>2.1.O bloco de poder dominante .....</b>	<b>35</b>
<b>2.2.O governo Lula e sua relação com os setores financeiro e produtivo .....</b>	<b>40</b>
<b>III – O GOVERNO DE FRENTE POPULAR E SUAS MEDIDAS DIANTE DA CRISE DE 2008 .....</b>	<b>45</b>
<b>3.1.O que é um governo de Frente Popular e sua política .....</b>	<b>45</b>
<b>3.2.As medidas concretas aplicadas durante a crise de 2008-2009 .....</b>	<b>50</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>67</b>

## INTRODUÇÃO

Em 15 de setembro de 2008, o banco *Lehman Brothers* solicitou falência e o mundo descobriu uma crise econômica de impactos globais que apresentou seus primeiros sinais em 2007. Desde então, o mundo sofre graves consequências desta crise.

A crise econômica mundial de 2008 já é considerada por muitos economistas, analistas de mercado e bancos de investimento como a maior crise econômica desde a crise de 1929, maior crise econômica da história do capitalismo. Também nunca na história do capitalismo, os estados nacionais injetaram tantos recursos em tão pouco tempo na economia para evitar a quebra de bancos e grandes empresas. O jornal Suiço NZZ amSonntag fez um levantamento dos pacotes de salvamento de empresas e investimentos em programas econômicos de 37 países e concluiu que foram gastos US\$9,682 trilhões de dólares<sup>1</sup>.

A intervenção do Estado e do governo é determinante sobre os impactos de uma crise econômica na economia de uma nação, como também influencia sobre qual classe social arca com os prejuízos da crise econômica. Analisar a intervenção do governo através do aparelho de Estado é fundamental para compreensão dos desfechos de uma crise econômica.

A relevância do tema está centrada nos profundos impactos que uma crise cíclica do capitalismo pode provocar nas condições de vida de toda a humanidade e na economia mundial. Como exemplo, podemos citar a crise de 1929.

A presente pesquisa tem a intenção de contribuir para a análise dos impactos da crise econômica mundial de 2008 sobre a economia brasileira, como também identificar o papel do governo Lula neste processo.

Em síntese, expusemos a origem das crises cíclicas do capitalismo, em especial a crise econômica de 2008; os impactos da crise econômica mundial de 2008 sobre a economia brasileira, em particular sobre os setores produtivo e financeiro; o papel desempenhado pelo governo Lula – um governo de Frente Popular – face à crise econômica de 2008 e que medidas concretas foram tomadas frente a esta crise e em benefício de qual classe social.

---

<sup>1</sup>Dados publicados no site SWI, na matéria intitulada “Governos gastam quase US\$ 10 trilhões com a crise”. Disponível em: <http://www.swissinfo.ch/por/governos-gastam-quase-us--10-trilh%C3%B5es-com-a-crise/846172>. Acesso em: 01/11/2014.

A pesquisa tem natureza qualitativa e quantitativa, realizada por meio do método dialético como método científico de pesquisa. Os dados da pesquisa são dados secundários, coletados de livros, jornais, revistas, internet, artigos e outros documentos.

A estrutura da pesquisa se apresenta da seguinte forma: introdução, desenvolvimento em três seções e conclusão. A primeira seção aborda a origem das crises cíclicas do capitalismo, destacando a natureza e a dimensão da crise econômica mundial de 2008. A segunda seção trata da análise crítica do governo Lula no tocante à sua relação com os setores produtivo e financeiro. A terceira seção faz uma análise da natureza e do papel dos governos de frente popular na história e aborda, ainda, o papel do governo Lula frente à crise econômica mundial de 2008, apontando as medidas concretas tomadas nessa situação.

## I– AS CRISES CÍCLICAS DO CAPITALISMO E SUAS EXPRESSÕES ATUAIS: A CRISE ECONÔMICA DE 2008 EM FOCO

No primeiro capítulo deste trabalho, tratamos de explicar o processo de desenvolvimento das crises capitalistas, com destaque para a crise de 2008. De início, buscamos demonstrar, por meio de exemplos, como as crises são produzidas e inerentes à lógica de acumulação do capital. Para tanto, elegemos quatro categorias que consideramos essenciais à compreensão da crise de 2008: superprodução relativa, imperialismo, crise financeira e mundialização financeira. No segundo momento, abordamos a crise econômica de 2008 sob a perspectiva de duas vertentes: a keynesiana e a marxista.

### 1.1. Notas Introdutórias sobre as Crises do Capitalismo

Nas sociedades pré-capitalistas, as crises ocorriam por causa de guerras ou catástrofes naturais provocando a destruição dos produtores ou dos meios de produção. Conseqüentemente, a destruição dos produtores ou dos meios de produção provocava uma queda da produção. Portanto, as crises pré-capitalistas são crises marcadas pela subprodução de valores de uso.

Em sentido oposto, as crises capitalistas são marcadas pela superprodução de valores de troca, conforme explicam Salama e Valier (2006, p. 65):

A crise capitalista, com efeito, aparece como uma crise de superprodução de valores de troca: ela se explica, não por uma insuficiência de produção, mas por uma insuficiência da demanda solvável de mercadorias. Há um relativo excesso de mercadorias em relação à demanda. Todo ou parte do valor de troca criado (na produção) não pode ser realizado (através da venda no mercado): as mercadorias que valem  $C + V + M$  (capital constante + capital variável + mais-valia) não podem ser vendidas por seu valor; tendo em vista a insuficiência da demanda.

Para explicar o mecanismo básico das crises econômicas no capitalismo, iremos adotar um exemplo fictício. Utilizaremos o exemplo de duas fábricas concorrentes de grande porte de produção de *tablets* – fábrica X e fábrica Y. Como todo capitalista, o dono da fábrica X investiu em máquinas, instalações e salários para produzir os *tablets* almejando o maior lucro possível com o menor investimento, ou seja, ele busca maximizar a taxa de lucro. No entanto, a fábrica X não possui o monopólio do mercado. A fábrica Y de *tablets* é sua concorrente e produz um produto similar.

Com o objetivo de aumentar sua taxa de lucro e abocanhar maior fatia do mercado, a fábrica Y resolve adquirir nova tecnologia que produz uma *tablete* de maior qualidade e em maior quantidade no mesmo tempo. Em consequência, os *tablets* da fábrica Y inundam o mercado e ameaçam os negócios da fábrica X.

A fábrica X reage adquirindo a mesma tecnologia para concorrer no mesmo nível da fábrica Y e aumenta a produção e o investimento sem aumentar a massa de salários. Como a riqueza é gerada pelo trabalho humano, os investimentos da fábrica X e da fábrica Y não aumentam a riqueza, apenas produzem mais com menos força de trabalho, provocando, portanto, uma queda no preço do *tablet* e uma queda na taxa de lucro.

Ambos percebem que se aumentarem a produção, poderão compensar a queda da taxa de lucro através do aumento da massa total de lucro. Se cada *tablet* vale menos do que antes, a solução é produzir e vender mais *tablets* o suficiente para compensar a queda da taxa de lucro por *tablet*. Em síntese, todos os capitalistas que investiram em tecnologia para concorrer com seus vizinhos, perceberam que a margem de lucro que eles podem obter em cada *tablet* diminuiu (porque a tecnologia custou dinheiro). E todos eles resolveram o problema da mesma forma: aumentaram ainda mais a produção para compensar a diferença! Alguns até contratam mais trabalhadores, abrem um terceiro turno, entre outras medidas.

Este fenômeno é conhecido como queda tendencial da taxa média de lucro (MARX, 1988). O capitalista tenta ao máximo aumentar sua taxa de mais valia relativa, isto é, produzir mais valia acima da média do mercado. Como todos os capitalistas fazem isso, a tendência é a taxa média de mais valia subir constantemente. Portanto, a tendência do capital é produzir uma constante revolução nas técnicas de produção, usando máquinas e equipamentos que possam tornar o trabalho mais produtivo, aumentar a produção e a taxa de mais valia de forma ilimitada.

A respeito desse processo de produção de mais valia, Mandel (2006, p. 52) afirma que

[...] a mais valia produzida pelos operários de cada fábrica fica “encerrada” nas mercadorias produzidas, e que a questão de saber se essa mais valia será ou não realizada pelo capitalista proprietário da fábrica será resolvida pelas condições do mercado, isto é, pela possibilidade que essa fábrica tem de vender as suas mercadorias a um preço que permita realizar toda essa mais valia. Todas as empresas que produzem ao nível médio de produtividade realizarão, grosso modo, a mais valia produzida pelos operários, isto é, venderão essas mercadorias a um preço que está igual ao valor dessas mercadorias. Mas não será o caso de duas categorias de empresas: as empresas que trabalham abaixo e as empresas que trabalham acima do nível médio de produtividade.

O capital que opera uma produtividade do trabalho acima da média consegue uma taxa de lucro superior à média do mercado. Consequentemente, o funcionamento natural da concorrência capitalista provoca uma constante revolução dos meios de produção, aumento da produtividade do trabalho e crescimento da capacidade produtiva da economia.

Continuando nossa história fictícia, o cenário começa a complicar, mas ainda não há crise. Pelo contrário, o aumento dos investimentos pelos capitalistas provoca um crescimento do Produto Interno Bruto – PIB e a redução do desemprego. Os bancos, empolgados com o ritmo de crescimento, abrem novas linhas de crédito, o que facilita uma expansão da demanda. No entanto, a concorrência não para e os investimentos dos capitalistas continuam até chegar a um determinado momento em que o mercado está saturado e os capitalistas não conseguem mais escoar o aumento da produção. A saída para manter ou aumentar a taxa de lucro é elevar o preço. Porém, isso não é possível, pois o concorrente que não elevar o preço ficará em vantagem no mercado.

Sem alternativa, os capitalistas reduzem investimentos demitindo trabalhadores, fechando fábricas, cortando benefícios, aumentando o ritmo de produção e reduzindo salários. A solução é reduzir os custos de produção para melhorar a taxa de lucro. O exemplo da fábrica X e da fábrica Y é seguido por todos os outros capitalistas, provocando uma significativa redução dos investimentos da economia e, conseqüentemente, uma queda do PIB.

A economia capitalista não fica eternamente paralisada. Isso significaria o colapso da sociedade. Depois de toda crise, vem sempre um período de recuperação. Depois dessa recuperação, ocorre um novo auge e uma nova queda. As crises capitalistas têm, portanto, um caráter cíclico. Coggiola (2013), ao analisar a grande crise de 1929, por exemplo, chega à mesma conclusão acerca da natureza cíclica das crises capitalistas e de sua característica fundamental, a saber, de ser uma crise de superprodução.

Desde 1925, apesar da euforia da expansão, a economia norte-americana apresentava problemas. A produção se desenvolvia em ritmo acelerado, mas os salários, não. Em conseqüência da progressiva mecanização da indústria e da agricultura, os trabalhadores perdiam vagas, e o desemprego crescia.

Além disso, depois de se recuperarem dos prejuízos e da destruição da I Guerra, os países europeus passaram a concorrer nos mercados internacionais e a comprar cada vez menos dos Estados Unidos. Com a falta de consumidores externos e internos, começou a “sobrar” enormes quantidades de mercadorias, caracterizando uma **crise de superprodução** (grifos nossos).

Uma vez instaurada a crise, os capitalistas utilizam vários mecanismos para recuperar sua margem de lucro:

1) Fechamento das plantas menos lucrativas. É o que aconteceu, por exemplo, com a *General Motors* – GM em 2008. A GM fechou suas fábricas nos Estados Unidos – EUA, mas manteve aberta e até mesmo aumentou o investimento nas fábricas do Brasil porque são as mais lucrativas do grupo;

2) Diminuição dos gastos com pessoal. Esse objetivo, por sua vez, pode ser atingido de várias maneiras: diminuição dos salários, da Participação nos Lucros e Resultados – PLR, dos abonos ou a demissão de uma parte dos trabalhadores;

3) Invasões e guerras. Elas reaquecem a produção de armamentos e a construção civil (para os planos de “reconstrução” do que foi bombardeado etc.), além de significarem a conquista de novos mercados. Foi assim que o ex-presidente George Bush se recuperou da crise econômica de 2000-2001 nos EUA: invadindo o Iraque e o Afeganistão (CANARY, 2012);

4) Grandes falências, que facilitam a vida dos capitalistas sobreviventes;

5) Injeção de recursos nas grandes empresas e bancos através do Estado. Realização de investimentos em infraestrutura e geração de empregos através do Estado por meio da dívida pública.

As medidas de 1 a 4 provocam a destruição de capital constante e variável<sup>2</sup>. Essas medidas provocam uma destruição do potencial produtivo da sociedade para uma posterior recuperação. O ciclo de destruição-reconstrução é a única forma que o capitalismo conhece de sair das crises.

A verdadeira recuperação só tem início quando os capitalistas retomam os investimentos e a taxa de lucro começa a se recompor. Em geral, essa fase inclui: 1) o desenvolvimento de novos ramos produtivos, como a informática, a biotecnologia etc.; 2) a incorporação de novos mercados ao sistema, como a China; 3) a expansão dos mercados antigos, como o que foi feito com o mercado interno brasileiro em 2008 e 4) grandes injeções de dinheiro do Estado nas empresas, como o que foi feito pelo governo Luis Inácio Lula da Silva – Lula com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para a indústria e a liberação do empréstimo compulsório para os bancos. Quando isso acontece, investir na

---

<sup>2</sup>O capital constante é a parte do valor do capital que é empregada na compra dos meios de produção. O valor do capital constante não aumenta durante o processo de produção de bens. Não pode, portanto, ser a origem do aumento do capital inicialmente empregado. O capital variável é a parte do valor do capital que é empregada do pagamento de salários e tem seu valor aumentado no processo de produção.

produção volta a valer a pena; a economia se reaquece; os estoques, antes abarrotados, começam a se esvaziar novamente; os trabalhadores recuperam os seus empregos, a produção se acelera, a concorrência se acirra de novo (CANARY, 2012).

Mas como se pode observar, a fase de recuperação da economia nada mais é do que a preparação da próxima crise. Por outro lado, a explosão da crise já é o início da próxima recuperação e assim por diante. Dessa maneira, a economia capitalista nunca encontra o equilíbrio. Vive de crise em crise, por isso, denominadas de crises cíclicas.

Marx (1980, p. 941) descreve o processo da crise capitalista na citação que se segue:

Primeiro: Crises são normalmente precedidas por uma inflação geral dos preços de todos os artigos da produção capitalista. Todos eles, portanto, participam do *crash* subsequente e com seus antigos preços causam um excedente de mercado. O mercado pode absorver mercadorias a preços em queda, a preços que tem caído abaixo de seus preços de custo, em um volume maior do que poderia absorver com seus antigos preços. O excesso de mercadorias é sempre relativo: em outras palavras, é um excesso sob preços determinados. Os preços com os quais as mercadorias são então absorvidas são ruinosos para o produtor ou comerciante.

Segundo: Para uma crise (e, portanto, também para a superprodução) ser geral, basta que ela afete os principais bens comerciais.

Na citação acima, Marx resume em poucas palavras o fenômeno da crise de superprodução. Os capitalistas direcionam seus investimentos para os setores da economia que permitem maior taxa de lucro. Os preços sobem durante a expansão e a euforia no mercado, pois ainda existe demanda que permita a oferta a preços ascendentes. Quando a produção supera a demanda, não resta alternativa a não ser baixar os preços e perder margem de lucro ou ter prejuízo. Quando há superprodução dos bens de maior relevância no PIB da economia, ou seja, dos bens que puxam a cadeia produtiva, os demais setores sofrem o impacto com a redução da demanda. Voltaremos a essa análise mais adiante.

Em síntese, a economia capitalista está em equilíbrio quando a oferta e a demanda de bens de produção e de bens de consumo são iguais. As causas dos desequilíbrios entre oferta e demanda, e das crises de superprodução, são basicamente duas: a tendência a limitar o consumo das massas e a anarquia da produção. A primeira consiste no esforço de cada capitalista em reduzir ao máximo sua despesa com salários para reduzir o custo de produção. Essa é uma das maiores contradições do modo de produção capitalista: o grande desenvolvimento das forças produtivas acompanhada de uma relativa restrição do consumo das grandes massas. A segunda consiste na busca incessante do capital em aumentar a taxa de mais valia através da revolução dos meios de produção. A crise significa a impossibilidade de

manter o antigo nível de valores, de preços e de taxa de lucro com uma massa maior de capitais (SALAMA E VALIER, 2006).

A história fictícia do mercado de *tablets* ajuda a explicar de forma geral o mecanismo das crises cíclicas de superprodução do capitalismo. No entanto, não é suficiente para nosso trabalho. Para explicar a crise econômica de 2008 é necessário compreender os conceitos de Superprodução Relativa, de Imperialismo (LÊNIN, 2008), das Crises Financeiras e da Mundialização Financeira (CHESNAIS, 1996).

Começemos, então, pela superprodução relativa, a qual ocorre quando um ou mais dos principais ramos da economia, isto é, responsáveis por significativa parcela do PIB, apresentam superprodução e provocam a queda na produção ou na demanda dos bens de outros ramos da economia. A crise de superprodução no mercado imobiliário dos Estados Unidos em 2008 é o exemplo mais recente. No entanto, abordaremos melhor a crise econômica de 2008 na segunda seção deste capítulo.

Marx (1980, p. 957-958), através do exemplo do percal, afirma que,

A estagnação no mercado, que está abarrotado de roupas de algodão, obstrui o processo de reprodução do tecelão. Esse distúrbio afeta primeiro os trabalhadores. [...] Eles agora formam uma parte da população excedente temporária, da produção excedente de trabalhadores, neste caso dos produtores de algodão, porque há uma produção em excesso das fábricas de algodão no mercado.

Mas, fora os trabalhadores que estão diretamente empregados pelo capital investido na tecelagem de algodão, um grande número de outros produtores são atingidos por essa interrupção no processo de reprodução do algodão: fiandeiros, plantadores, engenheiros (produtores de carretéis, teares etc.), produtores de ferro e carvão etc. A reprodução em todas essas esferas também seria impedida porque a reprodução das roupas de algodão é uma condição para sua própria reprodução. Isso aconteceria mesmo se eles não tivessem uma superprodução em seus próprios ramos, isto é, se não tivessem produzido além do limite fixado e justificado pela indústria de algodão quando ela estava trabalhando tranquilamente. Todas essas indústrias tem isso em comum, que suas receitas [...] não são consumidas por elas em seu próprio produto, mas no produto de outros ramos, que produzem artigos para consumo, o percal entre outros. [...] Eles estão todos agora em súbito estado de *relativa* superprodução, porque os meios com os quais comprá-los, e, portanto, a demanda por eles, contraíram-se. Mesmo que nessas esferas não tenha ocorrido nenhuma superprodução, elas estão em estado de superprodução.

Se a superprodução ocorreu não apenas no algodão, mas também nas fábricas de linho, seda e madeira, estão se pode entender como a superprodução destes poucos, mas fundamentais, artigos trazem à tona uma superprodução mais ou menos geral (relativa) em todo o mercado.

A superprodução relativa é a propagação da crise entre os diversos setores da economia. Nos primeiros momentos, a superprodução ocorre na produção de celulares, casas ou automóveis e, em seguida, chega à produção de chips, cimento e autopeças. Isso ocorre não por que as fábricas de chips, cimento e autopeças produziram muito além da demanda

existente, mas porque a demanda por chips, cimento e autopeças oriunda das fábricas de celulares, das empreiteiras e das montadoras caiu significativamente.

Os efeitos da superprodução relativa são possíveis em virtude da progressiva divisão social do trabalho que se aplica não apenas interno a uma fábrica, mas interno a um ramo da economia. Como exemplo, podemos citar o setor automobilístico no Brasil. A participação das montadoras no PIB da indústria saltou 45,6% em 11 anos, passando de uma fatia de 12,5%, em 2000, para 18,2%, em 2011 (VEJA, 2013).

Uma crise de superprodução no setor automobilístico brasileiro provocaria um grande impacto no conjunto da economia em virtude da elevada participação no PIB e da cadeia produtiva com infiltração no ramo de autopeças, aço, plástica e outros setores importantes da economia. Em 2007, o setor gerou 120,3 mil empregos diretos nas montadoras e de 127 mil empregos no segmento de autopeças. O total de empregos diretos e indiretos na cadeia produtiva automotiva foi de 1,3 milhão.

Na fase atual do capitalismo, a fase imperialista (LÊNIN, 2008), marcada pela mundialização financeira e por uma extraordinária interdependência entre as diferentes partes do mundo, criou o ambiente perfeito para a propagação a nível mundial dos efeitos de uma crise econômica com origem a nível nacional.

O imperialismo é uma fase particular do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Sua origem é constituída a partir do surgimento dos monopólios, estes oriundos do processo de concorrência, isto é, da quebra ou da absorção do capital menos produtivo pelo capital mais produtivo.

Lênin (2008, p. 88) afirma que o imperialismo possui cinco características fundamentais. São elas: 1. A concentração da produção e do capital levado a um grau de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2. A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação da oligarquia financeira baseada nesse capital financeiro; 3. A exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma grande importância; 4. A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; 5. O fim da partilha territorial do mundo entre as potências ou países capitalistas mais importantes.

Ainda segundo Lenin (2008, p. 88), o imperialismo seria a fase superior do capitalismo ou, nas suas palavras:

O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.

Lênin (2008, p. 124) considera as contradições da fase imperialista do capitalismo como a força motriz desta etapa histórica, como podemos observar na citação abaixo:

Esta intensificação das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial. Os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. Cada vez se manifesta com maior relevo, como uma das tendências do imperialismo, a formação de “Estados” *rentiers*, de Estados usurários, cuja burguesia vive cada vez mais à custa da exportação de capitais e do “corte de cupões”.

A contextualização acima sobre o imperialismo é importante para compreendermos a dimensão dos grandes grupos financeiros e da especulação na crise econômica de 2008. É fundamental para compreendermos a cooptação do Partido dos Trabalhadores – PT e do governo Lula pelo capital financeiro e pelo capital produtivo no Brasil, pois como afirma Lênin (2008, p. 125),

A obtenção de elevados lucros monopolistas pelos capitalistas de um entre muitos ramos da indústria, de um entre muitos países etc., oferece-lhes a possibilidade econômica de subornarem certos setores operários e, temporariamente, uma minoria bastante considerável destes últimos, atraindo-os para o lado da burguesia desse ramo ou dessa nação, contra os outros.

A acumulação do excedente de produção de forma cada vez mais concentrada na mão dos monopólios não possibilitou apenas um crescimento de sua influência na vida econômica por todas as partes do mundo; permitiu também um crescimento da influência política sob os governos e sob as organizações dos trabalhadores, em especial nos sindicatos e nos partidos políticos. Os monopólios passaram a adotar a tática de domesticar o movimento organizado dos trabalhadores no lugar de apenas reprimir. Os esforços político e econômico dos monopólios são focados nos melhores e mais prestigiados dirigentes da classe trabalhadora, pois estes possuem a capacidade de apaziguar situações de crise que podem ameaçar os interesses do capital.

### **1.1.1 Crise financeira: uma variante das crises econômicas**

Vamos analisar uma variante das crises econômicas, as famosas crises financeiras. Para tanto, vamos retomar nossa história fictícia. Em certo momento de nossa história, a fábrica Y percebeu que a taxa de lucro começou a cair, consequência dos investimentos que ela foi obrigada a fazer para lutar contra seus concorrentes. Diante desta situação, na reunião de diretoria da empresa, alguns acionistas propuseram cortar investimento, demitir pessoal e diminuir a produção, para evitar maiores problemas. No entanto, outro setor de acionistas propôs uma saída diferente: não fechar nenhuma planta, nem demitir ninguém por enquanto, mas pegar o dinheiro que deveria ser utilizado em novas máquinas e tecnologia e aplicar no mercado financeiro. Desta forma, a queda da taxa de lucro seria compensada pelo lucro fácil ofertado pelas várias opções do mercado financeiro.

Supondo que o departamento financeiro da fábrica Y tenha encontrado no mercado financeiro uma ação com retorno de 25% de juros ao ano em oposição à taxa média de lucro alcançada na produção anteriormente de 10% ao ano, a alternativa mostra-se extremamente vantajosa e o departamento financeiro torna-se o centro das atenções da empresa.

Como os capitalistas agem de forma parecida, a fábrica X e outras empresas passam a fazer o mesmo. Dessa forma, uma enorme quantidade de capital, que deveria ser investido na produção, é migrada para o sistema financeiro. A quantidade de capital investido na produção real não possui mais a mesma dinâmica da fase concorrencial do capitalismo, isto é, antes do imperialismo, antes da Primeira Guerra Mundial.

Em um primeiro momento, isso não causa nenhum problema. Ao contrário, a quantidade de crédito disponível para a população aumenta, os bancos oferecem rendimentos cada vez maiores, inventam novas modalidades de aplicações e a economia se aquece ainda mais. O que acontece na prática com o deslocamento de capitais para o mercado financeiro é a multiplicação de uma riqueza que não existe de verdade, que não tem uma base real. A quantidade de riqueza nominal da ação ou da *debênture*<sup>3</sup> não possui lastro em bens e serviços da empresa no mercado. O preço da ação e o volume de recursos do mercado financeiro são inflados pela especulação com o preço das ações e das *debêntures*.

Tudo vai bem enquanto todos acreditam que podem vender as ações ou as *debêntures* pelos preços adquiridos. Mas chega um momento em que as pessoas se dão conta

---

<sup>3</sup> Debênture é um título de dívida, de médio e longo prazo, que confere a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora.

que a distância entre a riqueza real produzida e aquilo que o mercado financeiro oferece é grande demais. Começam os boatos sobre falências e calotes. Se apenas dois ou três especuladores retiram seus investimentos do mercado financeiro, nada acontece. Mas se um número excessivamente grande de “investidores” perde a “confiança” nos bancos e no mercado e decidir retirar seus investimentos, os bancos não terão como devolver o dinheiro investido e muito menos pagar os juros prometidos. O próximo passo é a falência dos bancos e de investidores desavisados. Com o desmoronamento do preço das ações, a suposta lucratividade da fábrica Y, da fábrica X e de outros capitalistas fundamentada no valor de face de títulos financeiros se evapora. Como resultado, os capitalistas atingidos pela bolha financeira eliminam qualquer tipo de investimento e tem início a crise.

As bolhas especulativas, a exemplo da bolha imobiliária de 2008, nos Estados Unidos, a qual, especificamente, estudaremos na segunda seção deste capítulo, são fenômenos existentes a partir do surgimento do capital financeiro, dos monopólios e da exportação de capitais predominantes na fase imperialista do capitalismo. O desenvolvimento dos modernos sistemas financeiros e da livre circulação de capitais pelo mundo potencializaram as possibilidades e os efeitos deste tipo de crise (MINSKY, 2011). O mercado financeiro apenas retarda o início da crise de superprodução através do crédito. Ela é inevitável.

Lançamos mão da contribuição de Chesnais (1996, p. 12) para explicar a expressão “mundialização financeira”, segundo o qual,

[...] designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados. A abertura, externa e interna, dos sistemas nacionais, anteriormente fechados e compartimentados, proporcionou a emergência de um espaço financeiro mundial.

Segundo o autor, na fase de mundialização, "o estilo da acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros" (CHESNAIS, 1996, p.14). São os fundos (mútuos e de pensão) cujo objetivo fundamental é reproduzir-se no interior da esfera financeira. O que marca a mundialização, demarcando-a como uma nova fase é, sobretudo, a dinâmica específica do capital financeiro. O crescimento da esfera financeira foi tamanho que, nos últimos anos, deu-se "em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do PIB (inclusive nos países da OCDE), ou do comércio exterior" (CHESNAIS, 1996, p. 15).

Na fase da mundialização financeira, a economia mundial atingiu o mais alto nível de interdependência dos mercados financeiros e de bens e serviços do mundo na história do

capitalismo. Hoje, os produtos e as preferências não são mais de âmbito nacional, mas sim mundial. Os capitais e títulos financeiros são negociados em todo mundo.

### **1.2.A Crise Econômica de 2008 e suas Especificidades**

É relativamente comum entre os economistas, o acordo de que a crise econômica de 2008 é a maior crise desde o *crash* de 1929. No entanto, não há acordo quanto à causa da crise. Veremos, então, duas vertentes explicativas da crise de 2008, que se opõem em seus elementos essenciais: a keynesiana e a marxista. Os economistas keynesianos classificam a crise de 2008 como uma crise financeira causada pela desregulamentação do mercado financeiro mundial, a qual foi sustentada pela fé neoliberal e neoclássica na capacidade ilimitada dos mercados de se autorregularem. Como exemplo, podemos citar o economista Paul Krugman (2009). Para este, a solução da crise passa pela regulamentação do mercado financeiro e pela intervenção do Estado através do salvamento dos bancos e das grandes empresas e por meio de gastos públicos para criação de demanda agregada.

Já a vertente marxista, considera que a crise de 2008 é uma clássica crise cíclica de superprodução inerente ao sistema capitalista, a exemplo de Almeida (2009), Dantas (2009), Sampaio Júnior (2011).

A escola Keynesiana ou Keynesianismo é a teoria econômica consolidada pelo economista inglês John Maynard Keynes em seu livro Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (1936) e que consiste numa organização político-econômica, oposta às concepções neoliberais, fundamentada na afirmação do Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. As teorias keynesianas tiveram uma enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado.

A escola keynesiana se fundamenta no princípio de que o ciclo econômico não é autorregulado como pensam os neoclássicos, uma vez que é determinado pelo "espírito animal" dos empresários. É por esse motivo, e pela incapacidade do sistema capitalista conseguir empregar todos os que querem trabalhar, que Keynes defende a intervenção do Estado na economia.

A referida teoria atribuiu ao Estado o direito e o dever de conceder benefícios sociais que garantam à população um padrão mínimo de vida como a criação do salário mínimo, do seguro-desemprego, da redução da jornada de trabalho (que então superava 12 horas diárias) e a assistência médica gratuita. O Keynesianismo ficou conhecido também como "Estado de bem-estar social" (BEHRING E BOSCHETTI, 2007).

Com base no princípio fundamental da teoria keynesiana da incapacidade da “mão invisível” autorregular o mercado, acerca da bolha imobiliária dos EUA, Krugman (2009, p. 171) assinala que

[...] é comum culpar a desregulamentação pela crise – especificamente, a revogação parcial, em 1999, do *Glass-Steagall Act*, passando a permitir que os bancos comerciais entrassem no negócio de bancos de investimento e que, portanto, assumissem mais riscos. [...] Contudo, a crise, em boa parte, não envolveu problemas com instituições desregulamentadas, que assumiram novos riscos. Ao contrário, girou em torno de riscos assumidos por instituições que, para começar, nunca foram regulamentadas.

E essa, eu diria, é a essência dos acontecimentos. Com a expansão do sistema bancário paralelo, a ponto de igualar ou mesmo de ultrapassar em importância o sistema bancário tradicional, políticos e autoridades do governo devem ter percebido que estávamos estabelecendo a espécie de vulnerabilidade financeira que possibilitou a Grande Depressão – ao que deveriam ter reagido com o aumento da regulamentação e com o reforço da rede de segurança financeira, de modo a abranger também as novas instituições. Figuras influentes deveriam ter promulgado uma regra simples: qualquer coisa que faça o que os bancos fazem, qualquer coisa que precise ser socorrida nas crises da mesma maneira como os bancos, deve ser regulada como os bancos.

Krugman considera que o desequilíbrio entre oferta e demanda do mercado imobiliário norte americano foi causado pela bolha de crédito hipotecário lastreada em imóveis. Esta, por sua vez, foi possível em virtude da não regulamentação do mercado bancário paralelo. O mercado bancário paralelo nos Estados Unidos é formado por instituições de crédito que fazem o mesmo papel dos bancos, mas não são consideradas instituições financeiras pela legislação vigente e, portanto, não são reguladas com as mesmas medidas de controle de risco que os bancos. Isto é, a bolha especulativa com a venda de hipotecas no mercado financeiro foi consequência da crise e não a causa desta como veremos a frente.

No livro *A Crise de 2008 e a Economia da Depressão* (2009), Krugman não considera a possibilidade do desequilíbrio entre oferta e demanda do mercado imobiliário ser causado pela anarquia da produção capitalista.

Krugman (2009, p. 185) salienta que a crise de 2008 afetou a principal economia do mundo e a maior demanda agregada do mundo. Além disso, a globalização financeira dos últimos 15 anos fornece o combustível para a rápida propagação dos efeitos da crise pelo mundo.

Além do crescimento do sistema bancário paralelo, ocorreu outra transformação na natureza do sistema financeiro ao longo dos últimos 15 anos, sobretudo depois da crise asiática – a saber, a aceleração da globalização financeira, com investidores dos diferentes países detendo grandes participações em outros países. Em 1996, às vésperas da crise asiática, os ativos dos Estados Unidos em relação ao exterior eram de, respectivamente, 52% e 57% do PIB. Em 2007, esses números haviam subido para 128% e 145%, respectivamente. Portanto, os Estados Unidos mergulham ainda mais na situação de devedor líquido. Porém, ainda mais impressionante, foi o grande aumento nas participações recíprocas. (Krugman, 2009, p. 185).

Como a crise é causada pelo desequilíbrio entre a oferta e demanda agregada, sendo esta insuficiente para manter o pleno emprego da economia, Krugman (2009, p. 194) afirma que a prioridade na solução é garantir o fluxo de crédito e, mais uma vez, estimular a demanda agregada através dos estímulos de gastos do setor privado por meio de gastos do setor público. A eliminação ou a regulamentação das deficiências que possibilitaram a crise é essencial.

É importante abrir um parêntese aqui para explicar como se deu o processo da crise de 2008, salientando a anarquia da produção capitalista como elemento impulsionador das crises capitalistas, em sentido geral e no caso específico de 2008, em oposição à análise de Krugman desenvolvida acima. Nesse sentido, nossa retrospectiva será realizada sob o ponto de vista da vertente marxista.

O *boom* habitacional nos Estados Unidos começa a dar sinais no terceiro trimestre de 2005 quando a alta dos preços começa a inviabilizar a compra das casas pela maioria das famílias já endividadadas (KRUGMAN, 2009). No entanto, os preços dos imóveis continuaram subindo. Assim como em nossa história hipotética, na fase inicial da crise, o crédito fácil, com baixas taxas de juros e sem pagamento de entrada, adiou a queda da demanda por casas, ou seja, a fuga para frente é sustentada pelo crédito fácil.

No segundo trimestre de 2007, os preços haviam caído somente 3% em comparação com o pico do ano anterior. Nos 12 meses seguintes, os preços cederam cerca de 15%. Embora a queda fosse lenta, as primeiras quedas foram suficientes para fragilizar os alicerces sobre os quais se sustentava o surto de empréstimo *subprime*. O fundamento das operações *subprime*, isto é, crédito para cliente de alto risco, era que, do ponto de vista do

credor, se o devedor não honrasse com as prestações dos empréstimos hipotecários, enquanto os preços dos imóveis estivessem altos, os mutuários em dificuldades sempre poderiam renegociar os empréstimos ou vender a casa para liquidar a dívida.

Conforme nosso exemplo chega o momento em que, mesmo com a queda dos preços, as vendas ficam difíceis e a inadimplência começa a aumentar. Ocorre a gradual conscientização que o mercado está saturado e não é mais possível vender os imóveis pelo preço que quite o empréstimo. Aqui se consuma o desequilíbrio entre a anarquia da produção capitalista e a insuficiência dos salários e da demanda.

A classe trabalhadora entra em bancarrota porque perde o acesso ao crédito e o desemprego cresce. Os capitalistas percebem que não conseguem mais vender os imóveis, mesmo com os preços mais baixos. Os investidores do mercado financeiro percebem que os títulos lastreados em hipotecas são de alto risco. A oferta de crédito é retraída. A credibilidade e a confiança no mercado se exaurem. A corrida bancária para sacar esses recursos assumiu ritmo descontrolado com a quebra do banco de investimento *Lehman Brothers*, em 15 de setembro de 2008. Em resumo, o pânico está instalado. Os capitalistas cancelam os investimentos, pois a demanda cai em virtude do aumento do desemprego e do alto nível de endividamento dos trabalhadores. O círculo vicioso de queda da demanda, redução dos investimentos e elevação de estoques inicia sem breve perspectiva de solução (ALMEIDA, 2009).

Conforme vimos na primeira seção deste capítulo, a crise de superprodução do sistema capitalista é caracterizada pela queda tendencial da taxa de lucro, pela superprodução de mercadorias e pela tendência a limitar o consumo das massas. Com base nessa teoria, analisamos a crise de 2008, apresentando dados estatísticos que comprovam a nossa hipótese inicial de que a anarquia da produção capitalista está no centro da crise capitalista como seu elemento impulsionador (SALAMA E VALIER, 2006).

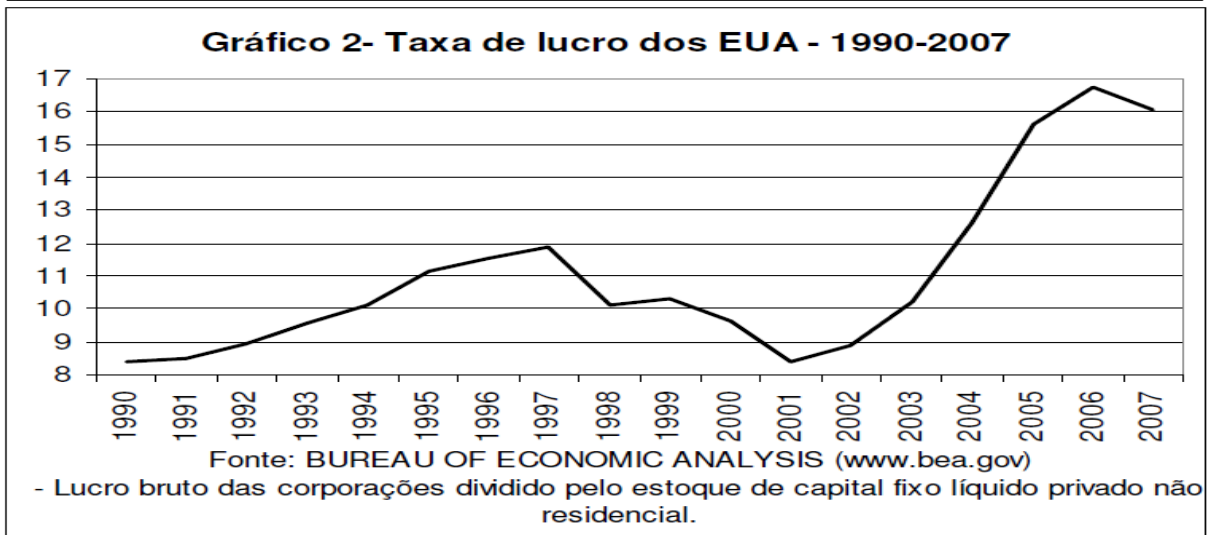
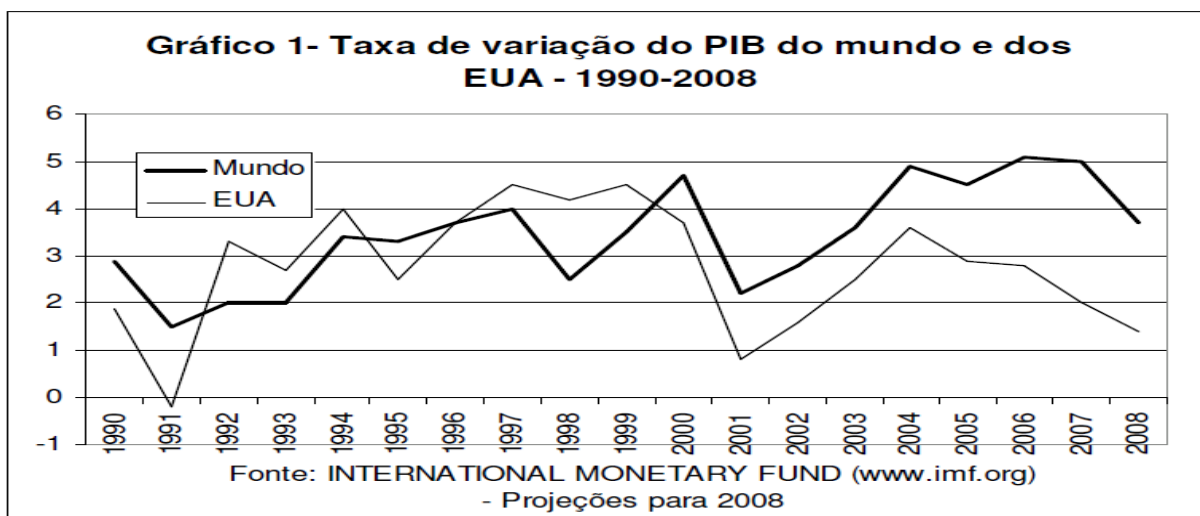
Corroborando com nossa hipótese, Dantas (2009, p. 48) avalia que, após um período de expansão do capital,

[...] a superprodução, a sobre-acumulação e o sobre-investimento de capitais estendeu-se, como em todas as crises de superprodução, muito além das condições concretas de sua valorização indefinidamente ampliada pela extração de mais-valia adicional a partir da mais-valia já acumulada.

Os gráficos 1 e 2 a seguir mostram como a taxa média de lucro da economia dos EUA evolui combinada com as variações no PIB norte americano, ou seja, são uma evidência da lei da queda tendencial da taxa média de lucro. O gráfico 1 mostra a evolução do PIB dos

EUA e do mundo. O gráfico 2 mostra a queda da taxa de lucro nos Estados Unidos, epicentro da crise, que antecede a crise de 2001-2002, quando a taxa caiu de 12%, em 1997, para 8,4%, em 2001. A partir de 2003, a taxa de lucro é recuperada no mesmo ritmo da retomada da expansão capitalista, quando tem início um novo ciclo de crescimento.

O crescimento da taxa de lucro e o crescimento da economia mundial perduram até 2006, quando a taxa de lucro apresenta os primeiros sinais de queda. A tendência é confirmada em 2007 e nos anos seguintes. Observem que as crises econômicas de 2001 e 2008 possuem algo em comum: são antecedidas por uma queda na taxa de lucro.



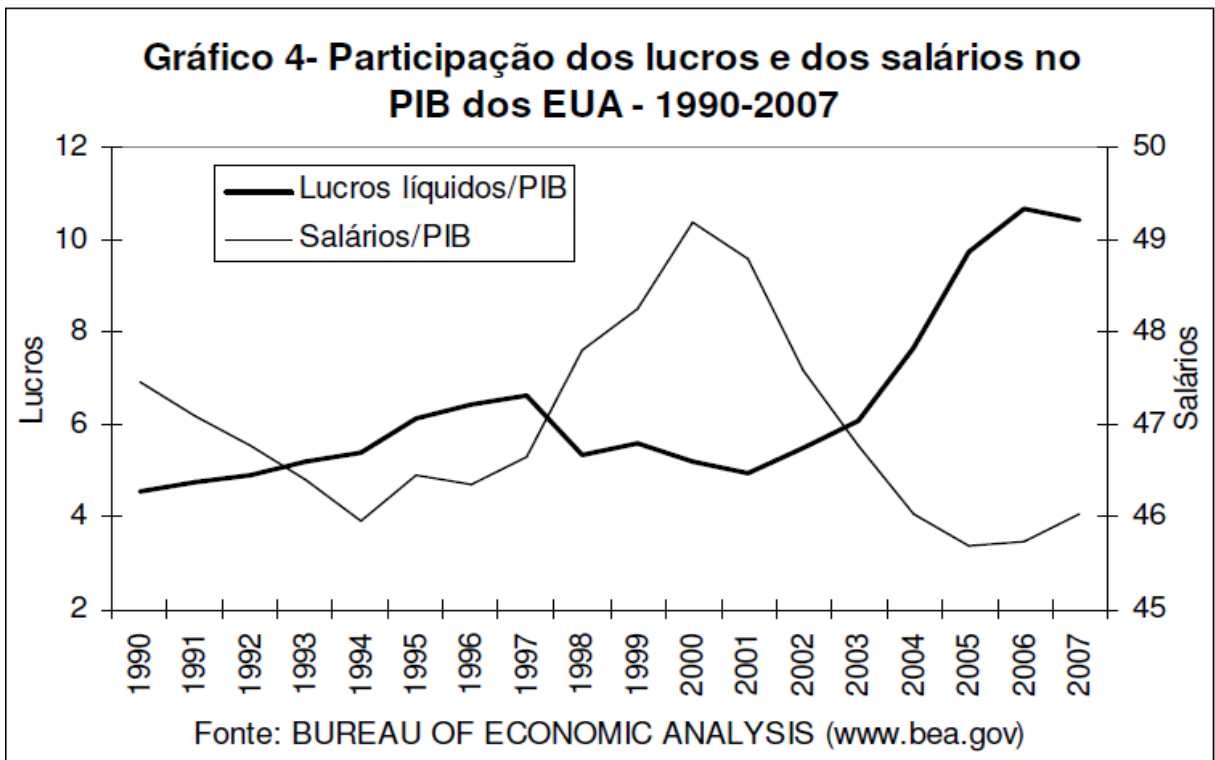
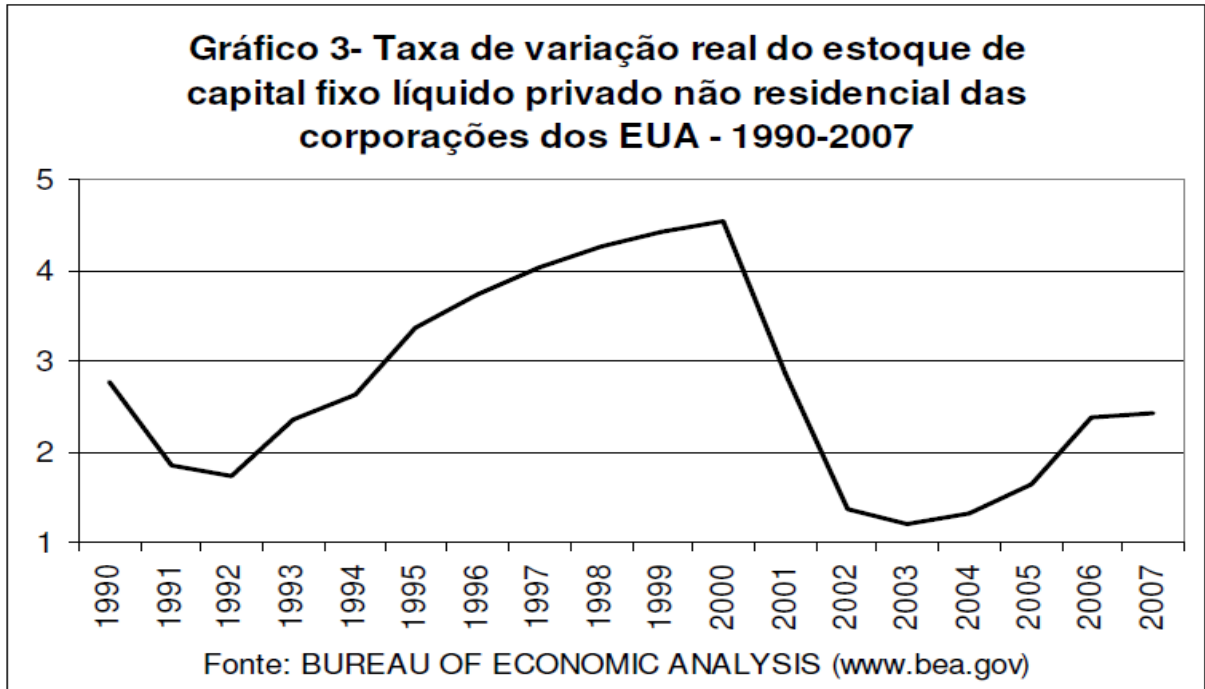
A superprodução relativa que desencadeia e expande a crise de superprodução para o conjunto da economia ocorre no mercado imobiliário norte americano, precedida de uma sobrevalorização de cerca de 50% no preço dos imóveis até 2006. A partir de 2006, com o desequilíbrio entre oferta e demanda no mercado de imóveis e com o endividamento das

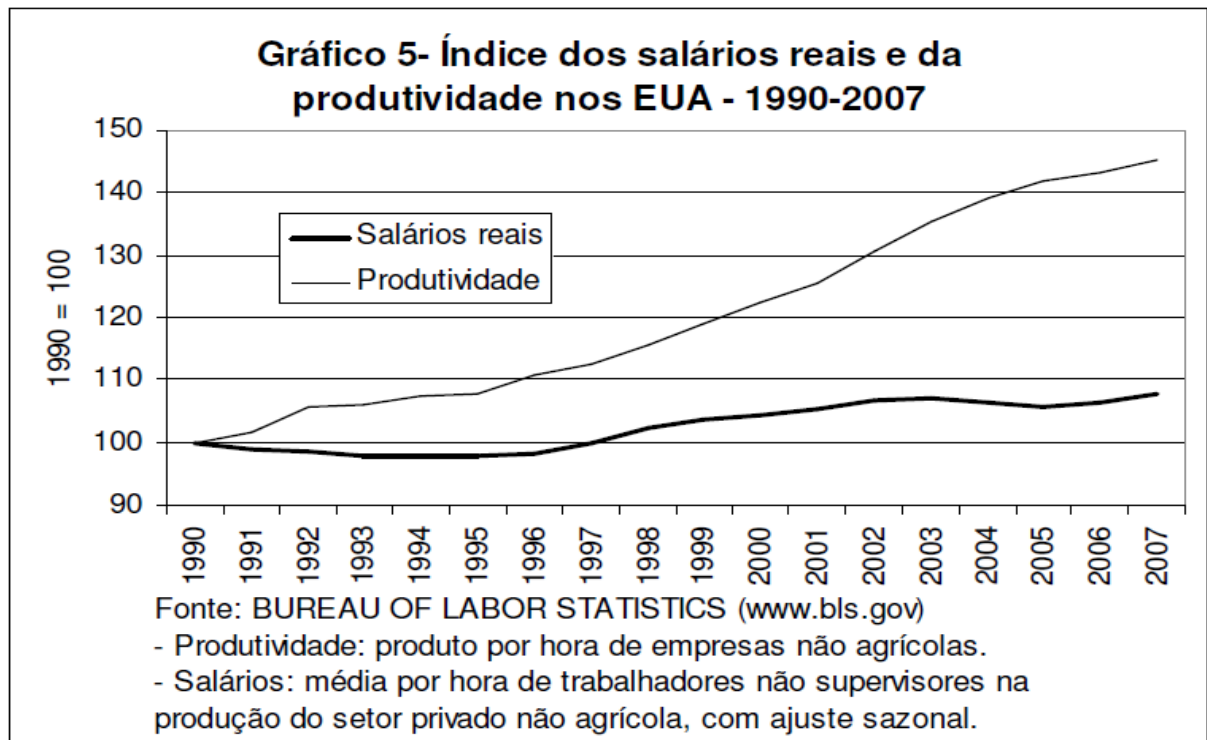
famílias e a grande redução na participação dos salários na economia, a bolha imobiliária começa a estourar.

O gráfico 4 mostra a tendência constante de redução da participação dos salários no PIB dos EUA a partir da crise de 2000-2001. O gráfico 5 mostra que em 2007 existe uma diferença acumulada, iniciada a partir de 1990, de 40 pontos percentuais entre o crescimento do salário real e da produtividade do trabalho nos EUA. Os gráficos 4 e 5 evidenciam a tendência a limitar o consumo das massas (SALAMAR E VALIER, 2006). O gráfico 4 mostra que o consumo das massas é limitado porque a participação dos salários no PIB cai relativamente ao crescimento do PIB e ao grande crescimento da participação do lucro líquido no PIB, muito embora o poder aquisitivo dos trabalhadores tenha aumentado. O gráfico 5 mostra que os salários não crescem proporcionalmente a produtividade do trabalho, ou seja, a burguesia está absorvendo o excedente de produção promovido pelo crescimento da produtividade do trabalho.

Em 2007, a tendência permanece e os capitalistas começam a perceber que não conseguem mais obter a taxa de lucro anterior a 2006 e que a inadimplência estava descontrolada em virtude do crédito ofertado pelo mercado bancário paralelo aos clientes *subprime*, isto é, de alto risco de crédito. A burguesia inicia a corrida bancária para retirada de investimentos dos títulos *subprime* lastreados em hipotecas. Como já não era mais possível revender os títulos pelo preço comprado em virtude da queda do preço dos imóveis já em cerca de 15% menor, o pânico é instalado e famosa confiança no mercado é exaurida. Com base na nova conjuntura, os capitalistas em geral cancelam os investimentos e ocorre uma realimentação natural da crise pelos próprios capitalistas.

O gráfico 3 mostra a redução do estoque de capital fixo pós crise de 2001-2002 e na crise de 2007-2008. A quebra do banco de investimentos *Lehman Brothes*, grande investidor em títulos *subprime*, apenas acionou o alarme de incêndio da crise originada no processo de produção capitalista, em especial no mercado habitacional norte americano. O gráfico 3 mostra os efeitos da anarquia da produção pela ótica dos investimentos privados. Com a crise declarada, os capitalistas em geral reduzem ou eliminam seus investimentos, o que retrai mais ainda a demanda agregada, pois nenhum deles tem disposição de se ariscar mais ainda.





A atual crise é diferente das crises cíclicas que a antecederam. Não é suficiente afirmar que estamos diante uma crise cíclica de superprodução em contraposição à tese reformista de crise financeira. Há vários elementos que indicam a maior profundidade desta crise, o que justifica sua comparação com a depressão de 1929. Destacaremos três elementos centrais.

Primeiramente, trata-se de uma crise que tem sua origem no centro mais importante da economia capitalista (EUA) e que transbordou para todos os demais centros importantes da economia capitalista do mundo (Japão e Europa Ocidental). Os BRICS (países subdesenvolvidos que têm assumido papel de destaque na economia mundial: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e as demais economias dependentes também sofrem os efeitos da crise.

O gráfico 6 mostra que, após dois anos da crise, praticamente todas as maiores economias do mundo tiveram crescimento negativo em 2009. O gráfico 7 mostra que as maiores economias do mundo tiveram uma leve recuperação econômica que, no entanto, não significa o fim da crise e o início de um novo ciclo de crescimento. Os gráficos 6 e 7 mostram a tendência de lenta recuperação e de um possível longo período de baixo crescimento.

O segundo elemento de destaque é situação do sistema financeiro e de crédito. Almeida (2009, p. 52) destaca, nesse contexto da crise de 2008, o papel que cumpriu a ampliação da especulação financeira do capital fictício:

As medidas adotadas, em momentos anteriores, para agilizar a superação das crises cíclicas superiores de então, levaram a uma ampliação sem precedentes do papel da especulação financeira e do capital fictício na economia capitalista. Em particular, a desregulamentação e a internacionalização do mercado financeiro promovidas pelo neoliberalismo, como forma de superar a crise cíclica anterior, somadas as medidas que vem sendo adotadas de lá para cá, nas crises dos anos 90 e, depois, do início dos anos 2000, criaram uma situação que permitiu a geração de um volume de capital fictício, sem lastro na produção real de riquezas da sociedade, que agora cobra seu preço. Calcula-se que só o mercado de derivativos estava negociando, por ano, títulos que somam astronômicos 550 trilhões de dólares, em um mundo cujo total de riqueza produzida, também por ano, não passa de 50 a 55 trilhões de dólares.

Por último, é necessário identificarmos os elementos políticos entre os determinantes da crise. O imperialismo, com o governo Bush à frente, adotou ou tentou adotar várias medidas com o objetivo de dar fôlego ao crescimento iniciado após a crise de 2001. A Aliança de Livre Comércio das Américas – ALCA e as invasões ao Iraque e Afeganistão são exemplos de iniciativas que buscavam criar as condições necessárias para os grandes monopólios imperialistas se apropriarem da riqueza e dos recursos naturais dos países semicoloniais. Essas iniciativas foram derrotadas ou implementadas parcialmente. A ALCA não foi implantada, sendo realizados acordos comerciais com alguns países. A guerra do Iraque e do Afeganistão tiveram desfechos marcados pela resistência popular e pelo desgaste político do imperialismo.

Gráfico 6 – Variação do PIB no mundo em 2009

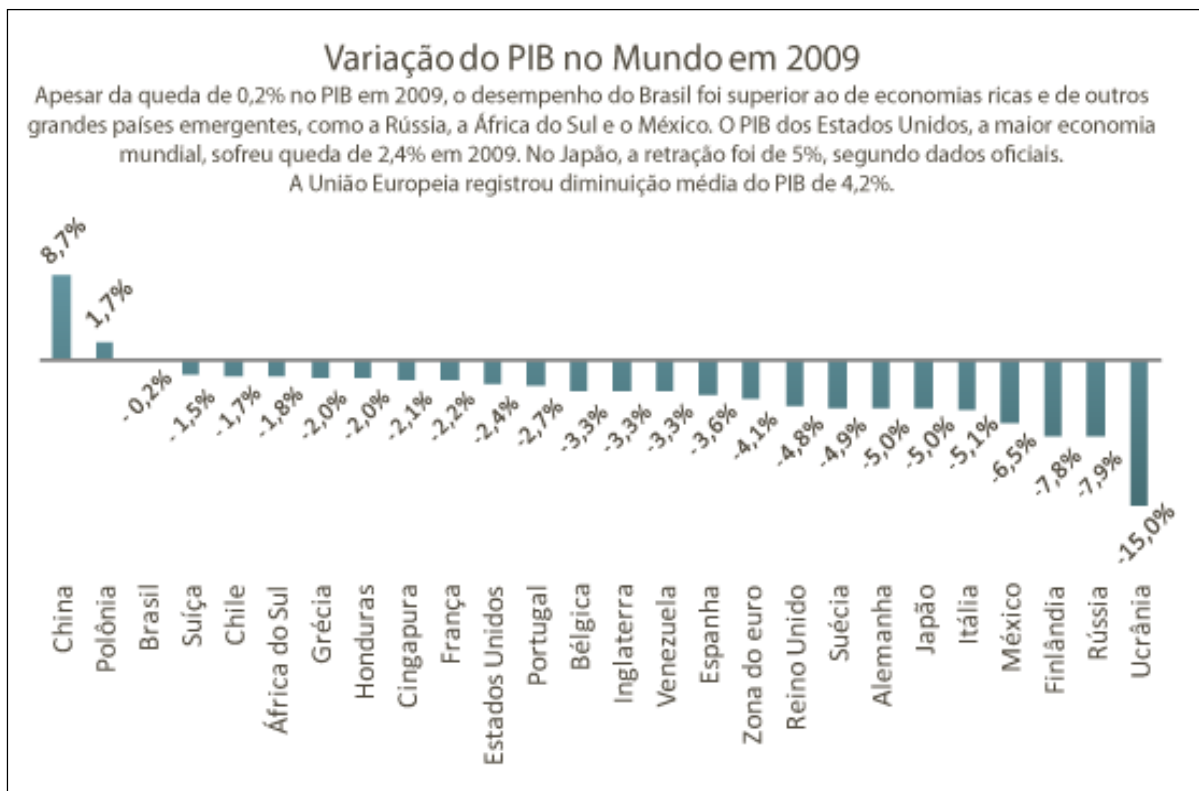
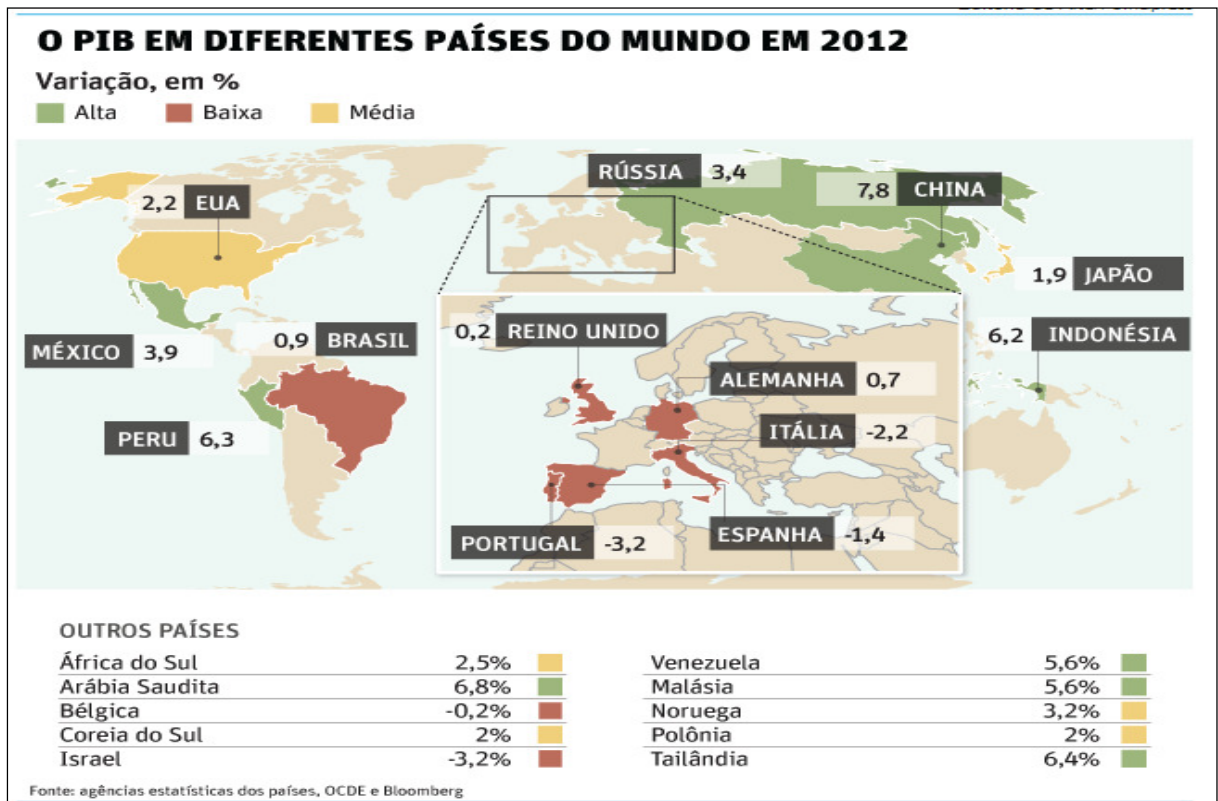


Gráfico 7 – O PIB de diferentes países do mundo em 2012



Outro elemento que indica a profundidade da atual crise econômica é o tamanho em volume de recursos e quantidade de pacotes de salvamento aplicados pelo Estado no mundo inteiro.

Sampaio Júnior (2011), ao resgatar a importância da obra “As ‘Grandes Depressões’ (1873-1896 e 1929-1939) – Fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente” de Osvaldo Coggiola (2009) para a compreensão dos nexos entre a crise de 1929 e de 2008, chama a atenção para o fato de que em seu primeiro movimento,

[...] a velocidade, a profundidade e a abrangência da crise [2008] apresentaram um comportamento igual ou mais intenso do que o ocorrido na crise de 1929. Apesar da pronta atuação das autoridades econômicas reduzindo as taxas de juros e estimulando a demanda agregada, até o início de junho de 2009 a magnitude da trajetória de desvalorização das bolsas de valores superava por larga margem o verificado nos anos 1930's [...].

Ao comparar as crises de 1929 e 2008 é necessário considerar que, na primeira, não existiam ferramentas de política econômica preparada pelo Estado para intervir sobre a demanda agregada e, na segunda, as ferramentas de política econômica não só existiam, mas foram largamente utilizadas pelo Estado. O jornal Suiço NZZ amSonntag fez um

levantamento dos pacotes de salvamento de empresas e investimentos em programas econômicos de 37 países e concluiu que foram gastos US\$9,682 trilhões de dólares<sup>4</sup>.

### 1.2.1 As medidas adotadas nos principais países capitalistas do mundo

Centro da crise, os Estados Unidos foram o primeiro país a editar um grande pacote de resgate econômico. Em 1º de outubro de 2008, 16 dias após o início do agravamento da situação, o Senado americano autorizou o Tesouro a gastar até 700 bilhões de dólares para estabilizar o sistema financeiro. Cerca de dez dias depois, o governo anunciou que mais de um terço do valor (250 bilhões) seria gasto no socorro a instituições financeiras. A aquisição de ações dessas companhias seria uma forma de compensar as perdas sofridas e de municiar os bancos de recursos que pudessem emprestar a empresas e pessoas. Em 24 de novembro de 2008, a mãozinha do governo alcançou o *Citigroup*, dono do *Citibank*, num plano de compra de ações avaliado em 20 bilhões de dólares (que se somariam aos 25 bilhões já concedidos pelo Tesouro ao grupo, quantia retirada do pacote de 700 bilhões de dólares). O banco já contabilizava, então, perdas de 306 bilhões de dólares em ativos de alto risco.<sup>5</sup>

Mas não foi com esse pacote que os EUA começaram a agir contra a crise. Em setembro de 2008, o Federal Reserve (Fed), o banco central americano, salvava a *American International Group* (AIG) com 85 bilhões de dólares. Em troca, o Fed anunciou que ficaria com 79,9% de participação na seguradora. Ao ver a confiança no mercado desmoronar, o banco também injetou 70 bilhões de dólares no sistema bancário americano, o maior aporte deste tipo feito pela instituição desde os atentados terroristas de 2001. Além disso, o Fed participou de uma ação coordenada com os bancos centrais da Europa, Canadá, Japão, Suíça e Grã-Bretanha, e anunciou a liberação de mais 180 bilhões de dólares. O banco central britânico, por sua vez, fazia uso de 40 bilhões de dólares, e o europeu, de 55 bilhões. A última ação de resgate do Fed aconteceu em 25 de novembro de 2008. Em parceria com o Tesouro dos EUA, o banco formulou um programa que prevê a liberação de 600 bilhões de dólares para a compra de dívidas relacionadas a hipotecas e ativos e outros 200 bilhões para a

---

<sup>4</sup>Dados publicados no site SWI, na matéria intitulada “Governos gastam quase US\$ 10 trilhões com a crise”. Disponível em: <http://www.swissinfo.ch/por/governos-gastam-quase-us--10-trilh%C3%B5es-com-a-crise/846172>. Acesso em: 01/11/2014.

<sup>5</sup>Dados publicados no site da Revista Veja, na matéria intitulada “O que já foi feito contra a crise. Disponível em: [www.veja.abril.com.br/idade/exclusivo/crise-financeira/guia1.html](http://www.veja.abril.com.br/idade/exclusivo/crise-financeira/guia1.html). Acesso em: 13/12/2013.

aquisição de ativos ligados à dívida de consumidores. O plano, mais uma vez, é garantir o crédito<sup>6</sup>.

A zona do euro demorou para agir, mas, quando o fez, fez com força. Em 12 de outubro de 2008, os 15 países do grupo concordaram em adotar um plano conjunto contra a crise, que colocaria até 2,5 trilhões de dólares à disposição de suas instituições financeiras. Em uma declaração de 14 tópicos, eles reconheciam a gravidade da situação, comemoravam o corte de juros feito por bancos centrais de diversas localidades e se comprometiam a agir conjuntamente para restaurar a confiança do mercado, aumentando a liquidez, refinanciando bancos e investindo em projetos de infraestrutura. À frente da ação estavam a França e a Alemanha, que se declarou oficialmente em recessão no terceiro trimestre de 2008 e editou um pacote próprio de 675 bilhões de dólares contra a crise. Vale lembrar, também, que em 18 de setembro de 2008, na injeção de recursos coordenada dos bancos centrais, o Banco Central Europeu (BCE) anunciou que liberaria 40 bilhões de dólares<sup>7</sup>.

Em 18 de setembro de 2008, a Grã-Bretanha integrou o grupo de países que, por meio de seus bancos centrais, inseriu mais de 260 bilhões de dólares na economia três dias após a explosão da crise. Sozinho, o Banco da Inglaterra se comprometeu com 40 bilhões. Dias depois, em 8 de outubro do mesmo ano, o governo britânico aprovou um plano próprio para estabilizar o sistema bancário. O pacote, de 50 bilhões de libras (cerca de 62 bilhões de euros), seria usado para estabilizar o sistema financeiro britânico, por meio da compra de ações dos principais bancos britânicos. Na mesma data, o banco central britânico prometeu mais 200 bilhões de libras (cerca de 259 bilhões de euros) em forma de créditos a curto prazo, uma maneira de aumentar a liquidez de bancos e instituições hipotecárias<sup>8</sup>.

Por 16 dias seguidos, o Banco do Japão injetou bilhões de dólares na economia, em caráter de emergência, na tentativa de animar o mercado nacional. Não adiantou. Em oito de outubro de 2008, a bolsa de Tóquio sofreu a terceira maior queda da história (9,38%). O banco ainda faria outras injeções bilionárias nos dias seguintes, alcançando um total de 332,172 bilhões de dólares, de 15 de setembro a 10 de outubro do mesmo ano. Mas o governo do Japão só daria uma resposta firme à crise no fim daquele mês, com um pacote de cerca de 277 bilhões de dólares em cortes de impostos, ajuda direta ao consumidor e crédito a pequenas empresas, além de medidas como a diminuição nos pedágios de estradas. No final

---

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem.

de agosto, o governo havia editado um pacote de 11,7 trilhões de ienes na tentativa de animar o mercado local. Vale salientar que a economia japonesa já vinha mal antes da crise.<sup>9</sup>

No dia 27 de outubro de 2008, foi a vez da China entrar na lista dos países com megapacotes. O governo chinês anunciou um plano de 2 trilhões de yuans (292 bilhões de dólares) para a construção de ferrovias até 2020, reeditando uma estratégia usada em 1997, no período da crise asiática. A ação não foi suficiente para afastar temores de que a China tivesse se contaminado com a crise iniciada nos EUA. O país observou uma desaceleração no crescimento do PIB, que aumentou 9% de agosto a outubro contra 12% no mesmo período do ano passado. E, em 10 de novembro do mesmo ano, o país lançou novo pacote, no total de 4 trilhões de yuans (584 bilhões de dólares) a serem usados até 2010 para reaquecer a economia. Segundo a agência oficial de notícias chinesa, a Xinhua, a ação prevê uma redução de impostos, aumento do financiamento a pequenas e médias empresas e investimento em infraestrutura<sup>10</sup>.

De modo geral, concluímos que a crise econômica de 2008 é uma clássica crise cíclica de superprodução do capitalismo e que estas fazem parte da estrutura do sistema do capital; nesta há uma hegemonia do capital financeiro – fusão entre o capital produtivo e o capital bancário e especulativo – e que este exerce forte influência sobre os rumos, as medidas e as consequências da crise para a maioria da população mundial.

Por fim, analisaremos as medidas econômicas e políticas adotadas no Brasil pelo governo Lula no último capítulo de nosso trabalho. Porém, primeiro aprofundaremos as características e os elementos constitutivos do governo Lula, o que é condição para entender a atuação deste governo na crise.

---

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Idem.

## 2 – O GOVERNO LULA E O BLOCO DE PODER DOMINANTE: SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

No segundo capítulo deste trabalho, explicamos como o bloco de poder dominante do governo Lula é constituído. Para tanto, utilizamos alguns conceitos-chave: bloco de poder, capital financeiro, grupos econômicos e transformismo<sup>11</sup>. No segundo momento, expomos a relação do governo Lula com o setor financeiro e o setor produtivo da economia.

Iniciamos destacando os conceitos-chave que são usados, tomando como referência as elaborações de Gonçalves (2007). São eles: bloco de poder dominante, capital financeiro, grupos econômico-financeiro e transformismo.

O bloco de poder dominante é composto por classes distintas e/ou frações de classes, no qual uma delas assume a liderança e a hegemonia. A liderança é conquistada pela capacidade de unificar e dirigir as demais classes do bloco a partir de seus interesses específicos. Com isso, consegue mediar os interesses políticos e econômicos das demais frações do capital, sendo, portanto, aceita como hegemônica dentro do bloco.

O capital financeiro é a fusão entre o capital bancário e o capital industrial, com a hegemonia do primeiro. Este surge no último quarto do século XIX, na fase monopolista e imperialista do capitalismo, quando a livre concorrência deixa de existir nos principais setores da economia mundial, os quais passam a ser controlados por uma pequena quantidade de grupos econômicos.

O grupo econômico-financeiro nacional é um conjunto de empresas interligadas por relações contratuais, pelo capital e pela propriedade de residentes no país. O grupo econômico é o principal foco de acumulação de capital e poder.

Transformismo é o fenômeno mediante o qual indivíduos e/ou agrupamentos políticos assimilam e passam a aplicar o programa político de seus adversários. Em síntese, ocorre uma adesão ao bloco dominante por parte de lideranças e organizações políticas da

---

<sup>11</sup> É importante registrar que os conceitos “bloco de poder” e “transformismo”, bem como “hegemonia”, aos quais recorreremos pelas mãos de Gonçalves (2007), foram elaborados por Antonio Gramsci, nos famosos Cadernos do Cárcere (1926-1937). Considerando as limitações do trabalho monográfico e a complexidade de tais conceitos, não assumimos como objetivo da pesquisa tratá-los a partir de suas fontes originais. Os Cadernos do Cárcere foram publicados pela Editora Civilização Brasileira, em seis volumes, entre 1999 e 2002.

classe dominada, com o conseqüente abandono de suas antigas concepções e posições políticas.

## 2.1. O Bloco de Poder Dominante

A formação do atual bloco de poder tem origem na crise do sistema de industrialização por substituição de importações e no ascenso sindical e político da classe trabalhadora que deu origem ao Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), na década de 1980.

Sobre essa questão, Gonçalves (2007, p. 178) afirma que:

Com o fracasso do Plano Cruzado, bem como dos demais planos que se seguiram na segunda metade da década de 1980, e ao longo dos embates travados na Assembleia Constituinte (1986-1988), o projeto neoliberal se fortaleceu. Ultrapassou o campo meramente doutrinário e constituiu um programa político. As diversas frações do capital perceberam que a crise tinha um caráter estrutural: o modelo de substituição de importações estava esgotado. O projeto neodesenvolvimentista seria incapaz de responder aos problemas colocados.

A mobilização dos trabalhadores na década de 1980, que ultrapassa o economicismo e ganha expressão política com a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), provocou temor às classes dominantes e, conseqüentemente, a unificação das diversas frações do capital em torno do projeto neoliberal. O projeto neoliberal se consolida enquanto programa político e ideológico com o governo Collor, nos primórdios da década de 1990. O bloco se fortalece com os dois governos Cardoso e atinge seu auge com os dois governos Lula.

O bloco de poder em torno do projeto neoliberal atinge sua maior coesão política e estabilidade a partir de 2003 com o governo Lula, pois reduziu significativamente seus opositores e enfraqueceu a capacidade de mobilização dos movimentos sociais e sindical.

A partir das jornadas de junho de 2013, durante o governo Dilma, o bloco começa a enfrentar dificuldades para manter sua unidade interna e para manter a estabilidade na luta de classes.

Para Gonçalves (2007), a fração hegemônica do bloco dominante é composta da seguinte forma: o capital financeiro internacional, cuja expressão mais evidente são os fundos de pensão, os fundos mútuos de investimento e os grandes bancos dos países desenvolvidos;

os grandes grupos econômico-financeiros nacionais, que conseguiram sobreviver, até aqui, ao processo de globalização, em função de sua capacidade competitiva ou por meio da associação (na maior parte dos casos, subordinada) com capitais estrangeiros; e o capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional). Todos eles têm aumentado sua influência no bloco dominante.

As demais frações do bloco dominante, situadas numa posição subordinada, são os grandes grupos econômicos não financeirizados organicamente, e os grandes e médios capitais. No processo de acumulação, esses grupos são mais “especializados” nas atividades de agronegócio, indústria, comércio ou serviço, e alguns estão voltados para o mercado externo.

Dentro do bloco, predomina a lógica financeira na dinâmica das relações econômico-sociais. Conseqüentemente, a taxa de juros no Brasil não é apenas uma ferramenta de política econômica. Na prática, a disputa em torno do nível da taxa de juros e do tamanho do superávit fiscal primário não se limita à melhor forma de aplicar a política econômica, mas é o pilar da dominação do atual bloco de poder na medida em que define o principal preço de mercado praticado pelo capital financeiro, fração hegemônica do bloco.

Gonçalves (2007, p. 181-182) sintetiza os acordos e as divergências dentro do bloco dominante da seguinte forma:

As distintas frações do capital que compõem o atual bloco de poder estão de acordo com a necessidade de desregulamentar o mercado de trabalho e as relações trabalhistas; o mesmo se pode dizer a respeito da política de elevados superávits fiscais primários e da política de privatizações, apesar desta beneficiar apenas os grandes capitais financeiros e os grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros. As privatizações e a desregulamentação do mercado de trabalho funcionaram, e ainda funcionam, como uma espécie de compensação para os setores mais atingidos pela abertura comercial e financeira, pelo câmbio valorizado e pela taxa de juros elevada (Boito Jr, 2004; Bianchi, 2004).

Já a abertura comercial e financeira, acompanhada por taxas de juros elevadas – em momentos de crises cambiais, a taxa básica chegou a atingir quase 50% - e pelo câmbio valorizado, foi e continua sendo, em menor grau, motivo de atritos. Ela atinge de forma diferenciada os diversos segmentos produtivos, acarretando concentração, fusões e centralização de capitais, desnacionalização e desestruturação de cadeias produtivas (Gonçalves, 1999; Carneiro, 2003); enfim, gera ganhadores e perdedores. Daí a reiterada presença, nas diversas conjunturas, de pressões por medidas de proteção e defesa de determinados setores industriais.

O governo Lula empolgou milhares de trabalhadores de todos os âmbitos possíveis, em especial do movimento sindical. O Partido dos Trabalhadores, em seus documentos fundacionais, expressava sua ruptura com a ordem e a institucionalidade burguesa. Assim, definia-se que o PT era um partido sem padrões, portanto, pautado pela

independência de classe. A “*Declaração Política de 13/10/79*”, afirmava que “O PT luta para que todo poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores” (*apud* GARCIA, 2011, p.38).

No entanto, o transformismo do PT tem início muito antes da chegada ao governo em 2003. Ao longo da década de 1990, a corrente majoritária do PT realizou um profundo movimento para enquadrá-lo em seu projeto de conciliação de classes. Assistimos a uma série de modificações em suas formulações teórico-estratégicas, compreendendo-se aí a sua política de alianças. Passam a dominar nos pressupostos teóricos do partido a democracia como valor universal, a disputa da hegemonia nas instituições democráticas, a ética na política, a cidadania, a inclusão social dos despossuídos e a inserção soberana na economia globalizada.

Para ficar mais claro, vejamos o discurso político de Luis Gushiken, um dos principais dirigentes petistas e futuro ministro do governo Lula, nos debates preparatórios ao I Congresso do PT, realizado em 1991.

Os textos nossos tem um tripé, que é a ação concentrada da política do partido: a ação anti-imperialista, antimonopolista e antilatifundiária. Se a gente assume a ação anti-imperialista como um dos elementos pilares, eu acho que é um desastre total para quem vai ser governo daqui a três anos. O que vamos dizer para a sociedade? Nós somos contra as empresas estrangeiras, nós somos contra vir capital externo aqui no Brasil? Isso é um suicídio. Um dos primeiros pilares que temos que demover – e aí tem divergências – é a questão do imperialismo. Porque qual a ideia de imperialismo que tem o PT? E a empresa estrangeira? Uma coisa concreta. Nós podemos nos relacionar com o capital estrangeiro como nós tínhamos formulado, na relação com o imperialismo. Acho que mudou. Mudou. Mudou o quadro. Significa dizer o seguinte: se forem perguntar ao Lula se o seu governo interessa atrair capitais de monopólios, de trustes, o Lula não pode titubear. Ele tem que dizer: nós queremos sim. Agora, qual é a contrapartida, para efeito de política, não só para a sociedade, até para justificar nosso projeto socialista? Nós queremos, mas que não tenha abuso na determinação dos preços, que não tenha abuso na determinação do investimento, abuso no pagamento dos operários. Mas aí há uma inversão global da linha política com relação ao capital. Coisa que antigamente não tinha tanto, porque de uma forma ou de outra, a gente tinha inconscientemente que um processo revolucionário no Brasil teria como ponto de apoio, material-financeiro-político, o socialismo real. Mas, desagregou. E, durante longo tempo, ele era uma referência para nós, nesse aspecto. Com a mudança, que foi de fundo, de fundo, eu quero saber, se nos mesmos moldes uma revolução socialista hoje, no quadro da economia basicamente capitalista, nós temos condições de argumentar na linha de ação anti-imperialista como centro. (Disgravação de debate preparatório ao I Congresso do PT, 1991. CSHB. Mimeo).

Esse processo chega ao auge com a composição da chapa para as eleições presidenciais em 2002 e com a “Carta ao Povo Brasileiro”. A chapa, que tinha como vice-presidente o industrial José de Alencar, fazia duras críticas ao capital financeiro e vigorosa defesa do capital produtivo. O candidato do PSDB adotou a mesma tática, não havendo diferença significativa entre as duas candidaturas. Na “Carta ao Povo Brasileiro”, Lula assume compromisso em honrar todos os contratos estabelecidos pelo governo anterior.

Constituído o governo com ampla base de apoio dos movimentos populares e de partidos burgueses, tendo, dentre eles, o PMDB como o principal aliado. O governo Lula manteve a política econômica implementada no segundo governo Cardoso, desde a crise cambial de janeiro de 1999. Lula e aliança política que o elegeu adaptaram suas ações dentro dos limites da disputa entre as diferentes frações do capital. Lula manteve como prioridade os interesses e a política econômica do capital financeiro e incentivou como nunca a política de exportações para reduzir a vulnerabilidade externa e, conseqüentemente, diminuir a instabilidade macroeconômica (GONÇALVES, 2007).

Para não restar dúvida, a entrevista de Olavo Setubal, fundador do Banco Itaú e presidente do Conselho de Administração do Itaú S/A, *holding* que controla o banco, ao jornal Folha de São Paulo, em 13 de agosto de 2006, deixa evidente como o Partido dos Trabalhadores abandonou um perfil de defesa da classe trabalhadora para adotar um projeto de conciliação de classes.

Havia uma grande dúvida se o PT era um partido de esquerda, e o governo Lula acabou sendo um governo extremamente conservador... A visão era que o Lula iria levar o país para uma linha socialista. O sistema financeiro estava tensionado, mas, como ele [Lula] ficou conservador, agora está para ganhar novamente a eleição e o mercado está tranquilo. Não tem diferença do ponto de vista do modelo econômico. Eu acho que a eleição de Lula ou Alckmim é igual. Os dois são conservadores. Cada presidente tem suas prioridades, mas dentro do mesmo leque de premissas econômicas. Acho que o Lula vai conservar a premissa de superávit primário, de metas de inflação e tudo o mais. São evoluções que estão consolidadas no Brasil e serão mantidas por qualquer presidente.

Não obstante, é interessante observar a transformação da atuação do PT nas campanhas eleitorais. As campanhas eleitorais na primeira década de existência do PT eram feitas integralmente pela militância partidária e com uma adesão espontânea dos movimentos sociais, refletindo, portanto, o ascenso generalizado que vivenciava a classe trabalhadora na década de 80 (GARCIA, 2011).

Nas resoluções do II Encontro Nacional, realizado em São Paulo, nos dias 27 e 28 de março de 1982, no item intitulado “As eleições e os objetivos do nosso partido” (*apud* GARCIA, 2011, p. 93-94), procurou-se estabelecer critérios que norteariam a participação do partido em suas primeiras eleições:

- 1-Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT;
- 2-Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores;

3-Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE, associações de moradores etc.) e para isso, assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta.

4-A campanha do PT será uma campanha de luta, ou seja, não basta pensar em eleger candidatos. Devemos fazer da campanha um mutirão político no qual o povo adquira maior consciência de sua situação e acredite em sua capacidade de transformar esse país. Essa educação política das bases populares deverá ser a tônica de todas as nossas campanhas eleitorais.

Na campanha eleitoral de 2002, o PT adotou discurso para capitalizar a insatisfação com as políticas neoliberais de FHC e, ao mesmo tempo, preparou um arco de aliança para manter o modelo econômico vigente, ou seja, bem diferente da primeira década de sua existência (GARCIA, 2011). O Diretório Nacional estava mandatado pelo XII Encontro Nacional a construir um arco de alianças que incorporassem forças políticas de oposição a FHC:

“O 12º Encontro Nacional autorizou a direção nacional a construir, com base em nossa candidatura e nas diretrizes do programa, um arco de alianças que incorpore as forças políticas de oposição a FHC, cabendo ao Diretório Nacional a decisão final sobre o programa, o candidato a vice-presidente da república e as alianças. É neste sentido que o DN, informado das conversações havidas, autoriza o prosseguimento do diálogo com o PL e setores do PMDB que se opõem ao governo FHC”.  
(Resolução sobre Política de Alianças do Diretório Nacional-2002. Mimeo.)

Para vice-presidência foi indicado José de Alencar (Partido Liberal), um dos maiores empresários do setor têxtil do país, dono de 11 fábricas e de um patrimônio de R\$13 bilhões de reais (GARCIA, 2011). Assim, o PT foi ganhando apoio do capital produtivo e do capital financeiro através das revisões programáticas e da aproximação com partidos políticos mais tradicionais da burguesia brasileira.

Outra expressão da conformação do bloco de poder dominante é o financiamento das campanhas eleitorais. Vamos comparar o financiamento de campanha à Presidência da República em 2002 e 2006, conforme tabela 1. Em 2002, o setor da construção e imobiliário e o setor financeiro contribuíram com 15,4% do gasto total de Lula e 24,2% do gasto total de Serra, onde prepondera a preferência dos bancos por Serra e das empreiteiras por Lula. Em 2006, empreiteiras e bancos foram responsáveis por 25,4% do gasto total de Lula e 15,3% do gasto total de Alckmin.

Tabela 1

**Financiamento das campanhas eleitorais para a Presidência da República, segundo o setor econômico: 2002 e 2006** (valores em R\$ milhões e participação em porcentagem)

2002	Lula		Serra	
	Valor	Participação	Valor	Participação
Financeiro	6.080	10,9	12.750	22,9
Construção e imobiliário	2.490	4,5	750	1,3
Primário-exportador	1.610	2,9	4.440	8,0
Subtotal	10.180	18,3	17.940	32,2
Valor total	55.808	100,0	55.711	100,0

2006	Lula		Alckmin	
	Valor	Participação	Valor	Participação
Financeiro	12.705	10,5	13.461	11,1
Construção e imobiliário	18.028	14,9	5.051	4,2
Primário-exportador	12.511	10,4	9.666	8,0
Subtotal	43.244	35,8	28.178	23,3
Valor total	120.812	100,0	120.797	100,0

Fonte : Rodrigo de Almeida. Dos Interesses. Revista *Insight Inteligência*, Ano IX, No. 36, 1º trimestre 2007, p. 56-70. [www.insightnet.com.br/inteligencia](http://www.insightnet.com.br/inteligencia). Notas: As porcentagens referem-se aos dados totais dos setores identificados. O setor primário-exportador inclui açúcar e álcool, papel e celulose, mineração e agropecuária.

Fica evidente que a burguesia adota o PT como prioridade no momento. No entanto, isso não significa que as candidaturas do PSDB foram abandonadas. A burguesia jogou nas duas pontas. Observe que Lula, em 2006, ganha o apoio do setor primário exportador com vantagem sobre Alckmin, sendo R\$ 12,511 milhões para Lula e R\$ 9,666 milhões para Alckmin, e divide o capital financeiro com doações equilibradas entre os dois candidatos, sendo R\$ 12,705 milhões para Lula e R\$ 13,461 milhões para Serra. A seguir, iremos detalhar a relação do governo Lula com o capital financeiro e o capital produtivo dentro do bloco de poder dominante.

## 2.2. Governo Lula e sua Relação com o Setor Financeiro e Produtivo

O governo Lula manteve os pontos fundamentais da política econômica do segundo governo Cardoso, a qual é fundamentada em três pilares: metas de inflação, ajuste fiscal permanente e câmbio flutuante. O grande favorecido com esta política econômica foi o capital financeiro que recebeu um total de R\$ 1.167,8 bilhões de reais em juros no período de

1995 a 2006 (GONÇALVES, 2007, p. 107), acompanhado de um crescente superávit primário e do aumento da dívida pública, apesar do esforço fiscal, conforme demonstra a tabela 2.

Tabela 2

**Finanças públicas, valores acumulados: 1995-2006** (R\$ bilhões)

<b>Período</b>	<b>Juros</b>	<b>Superávit fiscal primário</b>	<b>Aumento da dívida pública</b>
1995-1998	211,4	-6,5	232,7
1999-2002	365,8	165,4	495,1
2003-2006	590,6	330,9	185,9
<b>Total</b>	<b>1167,8</b>	<b>489,8</b>	<b>913,7</b>

Fonte: Banco Central.

O superávit primário fiscal no período de 1995 a 1998 foi deficitário em R\$ 6,5 bilhões de reais, durante o primeiro governo FHC, e salta para R\$ 489,8 bilhões de reais no período de 2003-2006, durante o primeiro governo Lula, ou seja, o superávit primário cresceu 7.635% em seis anos.

A dívida pública cresce R\$ 913 bilhões de reais no período de 1995-2006. Em 1994, a dívida pública total era R\$ 153,2 bilhões de reais e estava em 30% do PIB. No ano de 2002, ao término do segundo governo FHC, a dívida pública total chega R\$ 881,1 bilhões de reais e a relação de 50,5% do PIB. O primeiro governo Lula consegue uma leve redução do percentual da dívida pública em relação ao PIB de 50,5% em 2002 para 44,9% em 2006 (GONÇALVES, 2007).

Observe que mesmo o enorme esforço fiscal, feito para pagar os crescentes juros da dívida pública, não impediu o crescimento absoluto da dívida e que o primeiro governo Lula aumento em mais de 100% o total de recursos transferidos para o setor rentista da economia brasileira: R\$ 330,9 bilhões acumulados, para R\$ 165 bilhões do governo anterior.

Para Gonçalves (2007, p. 107),

O governo Lula não moveu um milímetro para alterar a essência do modelo de desenvolvimento, caracterizado, sobretudo, pela dominação da lógica financeira e pela vulnerabilidade externa estrutural. O custo da política econômica, condicionada (e articulada) fortemente pela (e com a) abertura comercial-financeira, resulta em um dos mais pífios desempenhos em termos de taxa de crescimento do PIB entre os países em desenvolvimento, além da manutenção de taxas de desemprego ainda muito elevadas e do crescimento da dívida pública interna.

O governo Lula mantém e revigora o modelo de desenvolvimento econômico neoliberal existente na medida em que as demandas e a lógica do setor rentista são mais bem atendidas do que no governo FHC e mantém os trabalhadores relativamente satisfeitos com as tímidas políticas sociais, como o programa Bolsa Família.

A tabela 3 mostra um comparativo entre o governo Lula e o governo Cardoso acerca da renda, do investimento e do emprego.

Tabela 3

**Renda, investimento e emprego: governo Lula versus governo Cardoso (%)**

	1995-98	1999-2002	2003-06
PIB, var. real	2,4	2,1	3,3
PIB per capita, var. real	1,0	1,7	2,9
Taxa de investimento	17,4	16,5	16,1
Investimento, var. real	4,3	-2,0	3,5
Taxa de desemprego, RMSP	15,5	18,4	17,8

Fonte: IBGE e IPEAdata.

Como podemos observar, em essência, a economia brasileira cresceu em média 1,2 pontos percentual de 1999-2002 para 2003-2006. O crescimento econômico foi pequeno e o menor entre os países considerados em desenvolvimento. A taxa de investimento se mantém estagnada no patamar de 16% do PIB e não rompe com a lógica neoliberal. A taxa de desemprego se mantém no patamar relevante de 17,8%.

Em resumo, o capital financeiro mantém o controle do Ministério da Fazenda e do Banco Central e, a partir dessas duas instituições, determina a política econômica e controla a execução do Orçamento Federal, subordinando as ações do Estado nas demais áreas, principalmente saúde e educação, aos seus interesses. (GONÇALVES, 2007).

A relação do governo Lula com o setor produtivo possui menos prioridade se compararmos com o capital financeiro. No entanto, não deixa de receber grande atenção. As empreiteiras são atendidas por meio do Programa de Aceleração do Crescimento I e II, do Programa Minha Casa Minha Vida I e II, das obras preparatórias para a Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tornou-se um grande financiador dos grupos econômicos nacionais e internacionais. Dentre os

principais favorecidos com empréstimos de longo prazo a juros baixíssimos, se compararmos a TJLP com as taxas de juros do Crédito Direto do Consumidor (CDC) e do cheque especial, podemos citar as empresas do grupo Eike Batista, Oi, Brasil Telecom, EMBRAER, GERDAU, CSN e Transnordestina Logística S/A. A tabela 4 – Desembolso Anual do Sistema BNDES mostra um crescimento de 378% dos recursos aplicados de 2004 a 2013 e, principalmente, evidência a concentração de recursos no setor de grande porte, onde estão classificados os grandes grupos econômicos. Em 2013, do montante de 190.419,00 milhões de reais, 116.299,7 milhões foram aplicados no segmento grande, o que corresponde a 61,07% do total (GONÇALVES, 2007).

Tabela 4

**DESEMBOLSO ANUAL DO SISTEMA BNDES**

**PORTE DA EMPRESA**

R\$ milhões

Discriminação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>MICRO</b>	7.842,9	5.687,2	4.761,1	6.531,1	8.139,9	10.854,5	21.627,8	23.295,5	23.888,5	30.686,1
<b>PEQUENA</b>	1.742,0	2.207,0	2.269,7	3.456,8	5.200,9	5.817,7	10.266,3	11.997,9	12.507,6	16.703,5
<b>MÉDIA</b>	2.993,4	3.767,7	4.086,5	6.078,7	8.505,3	7.246,7	13.684,3	14.366,8	13.725,8	16.153,8
<b>MEDIA-GRANDE</b>	-	-	-	-	-	-	4.683,3	9.065,7	8.159,2	10.575,8
<b>GRANDE</b>	27.255,5	35.318,4	40.200,6	48.825,3	69.031,7	112.437,4	118.161,2	80.147,5	97.711,1	116.299,7
<b>Total</b>	<b>39.833,9</b>	<b>46.980,2</b>	<b>51.318,0</b>	<b>64.891,8</b>	<b>90.877,9</b>	<b>136.356,4</b>	<b>168.422,7</b>	<b>138.873,4</b>	<b>155.992,3</b>	<b>190.419,0</b>

Fonte: BNDES.

O Agronegócio foi contemplado com forte política de incentivos fiscais, financiamento produtivo, política cambial e, em 2012, com o Novo Código Florestal que abonou dívidas dos grandes latifundiários e liberou a exploração de áreas até então proibidas. A pífia reforma agrária também privilegia os latifundiários e o agronegócio na medida em que mantém a grande concentração de terras no país<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> Dados publicados no site da Central Sindical e Popular – Conlutas, na matéria intitulada “Novo Código Florestal é um retrocesso; precisamos lutar”. Disponível em <http://cspconlutas.org.br/2011/05/codigo-florestal-sera-votado-nesta-terca-feira-24-em-brasilia>. Acesso em: 13.11.2014.

Na estrutura do Estado, o agronegócio e os demais setores exportadores apoderaram-se do Ministério da Agricultura e do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior. A partir desses órgãos, defenderam seus interesses. Como exemplo, podemos citar o Novo Código Florestal, a liberação dos alimentos transgênicos e as medidas compensatórias para o câmbio valorizado (GONÇALVES, 2007).

De uma forma geral, o governo Lula manteve uma política de flexibilização das leis trabalhistas através das reformas da previdência do setor público federal e de sucessivas tentativas de emplacar reforma geral da previdência com o objetivo de aumentar o tempo de trabalho exigido para aposentadoria (Fator 85/95). Também manteve intacto o fator previdenciário. No ano de 2012, o governo Dilma e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC tentaram emplacar o Projeto de Lei do Acordo Coletivo Especial, pelo qual o acordo de trabalho negociado poderia desrespeitar a legislação mínima vigente. Até o momento, o PT e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) não obteve êxito graças à mobilização dos trabalhadores.<sup>13</sup>

Em síntese, o modelo de desenvolvimento econômico neoliberal significa um eficiente mecanismo de transferência de renda da classe trabalhadora e do capital produtivo para o capital financeiro através do Estado e do mecanismo de financiamento da dívida pública. Esse modelo é predominante na fase imperialista do capitalismo em todos os países periféricos. O capital financeiro, através do FMI, do Banco Mundial, impôs a dominação da lógica financeira no mundo após a Segunda Guerra Mundial, com uma forte política de exportação de capitais para os países periféricos.

A partir da década de 1990, com o advento da globalização e a queda dos Estados de economia planificada<sup>14</sup>, o capital financeiro expande sua lógica para todos os países do mundo. As crises das dívidas públicas surgidas em conjunto com a crise econômica de 2008 são consequências desse modelo rentista, o qual subjuga as forças produtivas à lógica financeira no lugar de satisfazer as necessidades da humanidade.

---

<sup>13</sup> Dados publicados no site da Central Sindical e Popular – Conlutas, matéria intitulada “O projeto de flexibilização trabalhista da CUT: o que é isso, companheiro?”. Disponível em: <http://cspconlutas.org.br/2012/10/o-projeto-de-flexibilizacao-trabalhista-da-cut-o-que-e-isso-companheiro-por-rafael-a-gomes/>. Acesso em: 13.11.2014.

<sup>14</sup> Economia planificada é um sistema econômico no qual a produção prévia e racionalmente planejada, na qual os meios de produção pertencem ao Estado e a atividade econômica é controlada por uma autoridade central que estabelece metas de produção e distribui as matérias primas para as unidades de produção.

### **3 – O GOVERNO DE FRENTE POPULAR E SUAS MEDIDAS FACE À CRISE DE 2008**

No terceiro capítulo deste trabalho, apresentamos e analisamos as medidas aplicadas pelo governo Lula durante os dois primeiros anos da crise econômica de 2008. De início, tratamos do conceito de governo de Frente Popular, destacando suas características. No segundo momento, abordamos as medidas adotadas pelo governo Lula, analisando os impactos sobre a ótica das classes sociais e a reação da classe trabalhadora.

#### **3.1. O Que é um Governo de Frente Popular e sua Política**

Para definirmos um governo de Frente Popular, lançamos mão da conceituação elaborada por Nahuel Moreno, na sua obra “Os Governos de Frente Popular na História” (2003).

Observemos a citação de Moreno explicando o que é um governo de Frente Popular tomando o exemplo específico da França nas décadas de 1980 e 1990.

Numa situação normal – por exemplo, na França, antes de Mitterrand subir ao poder -, o governo é exercido pelos partidos burgueses enquanto as organizações que se reivindicam da classe operária, apesar de serem agentes dos exploradores, permanecem fora do governo, atuando na oposição.

O triunfo operário e a derrota burguesa debilitam ou provocam diretamente a crise do regime. Os exploradores vêem-se obrigados, então, a integrar no governo os seus agentes contra-revolucionários, especialmente os dirigentes social-democratas e stalinistas que “normalmente” estão fora do aparato governamental.

Isso origina um tipo de governo burguês, frente-populista ou operário-capitalista, que estabelece uma relação completamente diferente, “anômala”, com a consciência, tanto das massas trabalhadoras como dos capitalistas. Antes, os trabalhadores odiavam o governo – o de Giscard d’Estaing, por exemplo. Agora consideram o de Mitterrand seu próprio governo. Do mesmo modo, a burguesia, que considerava Giscard como “seu” governo, agora encara Mitterrand como seu “adversário” ou “inimigo”. (MORENO, 2003, p. 27)

Para entender esse esquema, basta olhar nossa história recente. Desde o final dos anos 1990, o projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso (FHC) se desmoralizou enormemente perante às massas, que resolveram dar um voto de confiança ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a Lula. Por outro lado, sentindo a aproximação de uma forte crise, um setor da burguesia também resolveu dar um voto de confiança a Lula, mas com o objetivo

oposto: manter a exploração capitalista e evitar a explosão de uma crise revolucionária. Em linguagem popular, “entregaram os anéis para não perder os dedos”. Devemos admitir que foi uma sábia decisão e que Lula não os decepcionou.

Antes da eleição de Lula, os trabalhadores alimentavam significativa insatisfação com o governo FHC (1995-2002) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O PSDB é o tradicional partido burguês do Brasil, o qual concentra os principais membros da burguesia nacional e intelectuais neoliberais. As organizações operárias, em especial a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), eram oposição ao governo FHC.

Depois da eleição de Lula (2002), os trabalhadores veem o governo do Partido dos Trabalhadores como seu governo e alimentaram a esperança de grandes mudanças através deste. A CUT e o PT passaram a integrar cargos importantes no governo, passando por ministérios, secretarias, estatais e conselhos de administração.

Os governos frente-populistas são formados por uma aliança das organizações operárias contrarrevolucionárias e um setor da burguesia. Desta forma, o governo Lula é composto por uma coalisão entre as mais importantes organizações operárias brasileiras construídas desde a década de 1980, isto é, o PT e a CUT, e setores importantes da burguesia brasileira, como o Partido Liberal (PL) de José de Alencar e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) de José Sarney e Michel Temer, todos grandes expoentes da burguesia nacional. O PT representa o setor de tradição social democrata<sup>15</sup> e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) representa o setor de tradição stalinista<sup>16</sup> da classe trabalhadora.

A burguesia que considerava FHC o seu governo, agora encara Lula como seu “inimigo”. Conforme a tabela 1 do capítulo 2, é evidente que a burguesia, apesar de apoiar o PT com grandes doações eleitorais, não deixa de investir no PSDB e, mais recentemente, apostar em Marina Silva (REDE) e Eduardo Campos (PSB).

Para evitar confusões, é importante observar que a burguesia não aceita de bom grado um governo de coalisão com representantes dos trabalhadores. Em geral, um governo

---

<sup>15</sup>Socialdemocratas – partidos operários reformistas que dirigem o movimento operário em países da Europa e em outros países e que fazem ou fizeram parte da Segunda Internacional Comunista.

<sup>16</sup>Stalinistas – seguidores de Stálin. Membros dos partidos comunistas, como o PCB e o PCdoB. O stalinismo foi o maior aparato contrarrevolucionário da história e responsável pela derrota de inúmeras revoluções. (TROTSKY, 2010)

de Frente Popular é consequência de um ascenso da luta de classes e da incapacidade da burguesia manter a estabilidade do regime com seus governos tradicionais e partidos mais representativos, segundo explica Moreno (2003, p. 27) na citação abaixo:

Os governos frente-populistas são consequência de uma vitória eleitoral ou revolucionária das massas e implicam em uma derrota equivalente da burguesia e de seus partidos mais representativos.

Aquela vitória e essa derrota inauguram na luta de classes uma nova etapa, superior à “normal” anterior. Ela tenderá a ser pré-revolucionária, se a vitória foi meramente eleitoral, ou revolucionária, se existirem grandes greves, ocupações de fábrica e mobilizações de massas nas ruas.

Ainda sobre a disposição da burguesia em coexistir com Frentes Populares, Moreno (2003, p. 32) considera que “A burguesia utiliza e aceita o incômodo dos governos socialdemocratas e de Frente Popular, sempre que lhe assegurem a continuidade da exploração e acumulação de capitais”.

A política aplicada pelos governos frente-populistas é baseada na conciliação de classes e tem como objetivo fundamental manter o Estado burguês, o apoio ao seu imperialismo e os privilégios adquiridos pela burocracia após a chegada ao governo; ou seja, sacrificar a classe trabalhadora e qualquer perspectiva de revolução social. Para Moreno (2003, p. 28),

A Frente Popular coloca em prática uma política contrarrevolucionária que, quase sempre, possui três facetas: 1) a desmobilização dos trabalhadores; 2) o apoio ao seu próprio imperialismo (nos países metropolitanos) e 3) a defesa do Estado burguês, de sua burocracia e especialmente da sua coluna vertebral: a hierarquia reacionária das forças armadas.

A desmobilização dos trabalhadores é realizada por meio da confiança que os trabalhadores possuem no governo de Frente Popular. Ela é extremamente interessante para a burguesia, haja vista a necessidade de apaziguar a luta de classes e manter intactos o Estado burguês e a propriedade privada. Essa confiança, condição para aplicar toda a política, não é possível com um governo burguês tradicional.

A desmoralização e a desorganização dos trabalhadores faz parte do acordo entre a burguesia e a burocracia operária. A perda da confiança em suas próprias forças é desvantajosa para a classe trabalhadora na correlação de forças nos limites do capitalismo. A Frente Popular, que goza de grande apoio das massas, convence os trabalhadores a adotar a via da negociação e mediação por dentro dos sindicatos, do poder judiciário, do parlamento, das eleições, a qual passa a desacreditar das suas próprias forças e, muitas vezes, se

enfraquece pela acomodação e pelas conseqüentes derrotas impostas pela burocracia sindical, agentes da classe dominante nos sindicatos. Sobre essa questão, Moreno (2003, p. 28) empreende a seguinte análise:

A desmobilização operária realiza-se mediante a confusão e o engano sistemático, a um nível que não está ao alcance de um governo burguês “normal”. A Frente Popular tenta fazer com que as conquistas arrancadas pareçam concessões gratuitas ou iniciativas do próprio governo. Os ministros fazem-nas parecer realizações programáticas das organizações operárias, concretizadas sem necessidade de lutar. Quando não querem concedê-las, culpam algum funcionário do governo anterior e pedem às massas que tenham “paciência”.

O apoio ao seu próprio imperialismo tem uma razão social: defender, como uma hiena defende sua carniça, as migalhas da exploração colonial e semicolonial, de que se alimentam a aristocracia operária e a pequena burguesia.

A Frente Popular apoia o imperialismo dominante do seu país em virtude das migalhas ou dos pequenos benefícios que a classe dominante propicia para atender parcialmente as reivindicações operárias e manter o apoio da aristocracia operária e da pequena burguesia. No Brasil predominam as grandes doações do capital financeiro, das grandes multinacionais e das empreiteiras nas campanhas eleitorais de Lula. Além disso, o apoio do Imperialismo norte americano é fundamental para a estabilidade do governo, haja vista os EUA apoiarem o crescimento da influência do Brasil na ONU, no G-20 e na OMC.

A conciliação e o caráter contra revolucionário da Frente Popular é mais latente quando as instituições do Estado burguês são ameaçadas pela mobilização das massas. Para Moreno (2003, p. 28-29),

O que sintetiza a substância contrarrevolucionária de todos os governos frente-populistas é a sua atitude perante o aparato do Estado burguês, as Forças armadas e a burocracia estatal.

Precisamente quando o regime começa a se quebrar e a se enfraquecer, e as hipóteses sobre enfrentamentos decisivos, golpes contrarrevolucionários e guerras civis fazem parte da análise de todos os setores, eles defendem sistematicamente a casta de oficiais e a estrutura burguesa e a imperialista das forças armadas.

Um dos exemplos mais trágicos da história foi o governo de Frente Popular de Salvador Allende no Chile, o qual garantia o “profissionalismo” dos militares e tirava fotos ao lado de Pinochet, para convencer as massas a confiarem nos oficiais. Salvador Allende foi deposto e assassinado pelos militares que, através de um golpe militar, instauraram uma das ditaduras militares mais sangrentas da América Latina.

Não chegamos a presenciar no Brasil uma situação parecida com a de Salvador Allende no Chile, o que não significa que o governo Lula não colaborou com todas as forças

para preservar os elementos mais reacionários do Estado brasileiro. Como exemplo, podemos citar a Comissão da Verdade que até hoje não julgou e puniu os crimes de tortura e assassinatos durante o regime militar brasileiro, com o claro intuito de preservar as forças armadas.

Coggiola (2012) expõe o contexto em que o governo Lula se conformou como um governo de Frente Popular e quais alianças foram concretizadas.

A crise do Plano Real e do governo FHC deveu-se, porém, menos ao desenvolvimento da luta de classes no Brasil do que à crise da economia mundial. Após sofrer uma fuga de capitais de US\$ 32 bilhões em menos de cinco meses, o Brasil adotou o câmbio flutuante (com uma forte desvalorização) em janeiro de 1999. A insatisfação popular e o deslocamento à esquerda, principalmente da classe média, foi canalizada nas eleições municipais de 2000 pelo PT, que aumentou em vários milhões seus votos, tendo sido vitorioso em várias capitais do país, inclusive em São Paulo. No final do ano seguinte, a debacle econômica argentina, transformada em crise revolucionária, pôs o Brasil à beira da catástrofe econômica (afundamento do Mercosul) e aprofundou a crise política. Com a crise da Argentina em 2001-2002, houve redução do comércio em todas as direções (as importações argentinas provenientes do Brasil e do Uruguai caíram 70%). Como poderia se sustentar o Mercosul, no quadro de uma recessão, de desvalorizações competitivas e de um colapso financeiro?

Um novo pacote brasileiro com o FMI (2002) adiou a catástrofe e provocou uma curta euforia nas Bolsas de todo o mundo. O FMI procurou dosar a fuga de capitais (que, sem o crédito, atingiria logo dimensões semelhantes às da Argentina em dezembro de 2001). O “risco Brasil” ultrapassou 2.400 pontos. O pacote estava destinado a resgatar o Citigroup e o FleetBoston, expostos em mais de US\$ 20 bilhões no Brasil (em troca, ambos grupos se comprometeram a financiar a campanha eleitoral do Partido Republicano nos EUA). Foi o terceiro empréstimo contratado pelo governo junto ao Fundo. O primeiro, em outubro de 1998 (US\$ 41 bilhões), foi para adiar a desvalorização do real, às vésperas da reeleição de FHC. O Fundo conseguiu estabelecer um instrumento de forte monitoramento do Estado brasileiro, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que assegurava o pagamento da dívida em detrimento dos serviços públicos. Em junho de 2002, pouco antes das eleições, na *Carta ao Povo Brasileiro*, a direção do PT comprometeu-se com as leis de responsabilidade fiscal e o superávit primário; o pagamento da dívida externa; a submissão ao FMI. Esses compromissos facilitaram o apoio de importantes setores do capital à candidatura Lula. A “longa marcha” de Lula rumo à presidência repousou no fortalecimento do PT como um aparato de políticos já integrados ao Estado, e nos pactos políticos sem limites à direita.

O governo Lula trouxe muita confusão para a consciência dos trabalhadores em geral e para teóricos marxistas. No entanto, não podemos nos enganar pela aparência. O predomínio dos líderes operários no Executivo não muda o caráter de classe do governo, que continua sendo burguês, uma vez que sua função será garantir a dominação da burguesia no conjunto da sociedade. Além disso, a burguesia mantém intactas suas posições nas principais instituições do Estado: polícia, exército e justiça. A Frente Popular é, portanto, um governo burguês bastante diferente, mas ainda assim, burguês.

Na verdade, o que os capitalistas não podem conviver é com o ascenso revolucionário do proletariado e o desenvolvimento de suas próprias instituições de poder e governo.

### 3.2. As Medidas Concretas Aplicadas Durante a Crise de 2008-2009

O governo Lula, já em setembro de 2008, aos primeiros sinais da crise, começou a adotar medidas econômicas para amenizar os efeitos da crise, assumindo, portanto, uma postura interventora e sempre dialogando com o grande empresariado do país sobre quais medidas aplicar. Vejamos algumas das principais medidas adotadas em 2008<sup>17</sup>:

**19 de setembro:** quatro dias depois de o Lehman Brothers recorrer à lei de falências nos EUA, o Banco Central (BC) faz leilão de U\$ 500 milhões para segurar o valor do dólar, que chegou a subir mais de 5% ante o real.

**24 de setembro:** BC adia data prevista para a implantação do recolhimento compulsório sobre as operações de leasing. Os bancos teriam de recolher 25% do dinheiro que captassem das empresas de leasing a partir de 16 de janeiro, mas a nova data passou a ser 13 de março.

**1º de outubro:** Banco do Brasil antecipa liberação de crédito de R\$ 5 bilhões para financiamento dasafrá agrícola.

**2 de outubro:** BC oferece para bancos a opção de deduzir até 40% do dinheiro recolhido para o compulsório, desde que essas instituições comprassem operações de crédito de uma outra instituição.

**6 de outubro:** governo edita medida provisóriaque permite que parte das reservas internacionais do país sejam usadas para financiar exportações. Outra MP editada dava poderes ao Banco Central para adquirir a carteira de bancos nacionais se a crise o fizesse necessário.

---

<sup>17</sup> Dados publicados no site UOL, na matéria intitulada “Veja as medidas contra a crise já tomadas pelo governo no Brasil”. Disponível em: <http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/12/11/ult4294u2001.jhtm>. Acesso em: 17/05/2014.

**8 de outubro:** Banco Central decide vender dólar no mercado à vista. No momento da intervenção, a alta no dólar era superior a 9%.

**9 de outubro:** CMN (Conselho Monetário Nacional) regulamenta condições para que o Banco Central possa aceitar carteiras de crédito de bancos nacionais. Com a regulamentação da MP editada na mesma semana, o BC terá de exigir garantias de carteiras de boa qualidade para completar eventuais aquisições.

**13 de outubro:** O BC eleva o limite de dedução do compulsório sobre a parcela adicional (que inclui depósitos à vista, a prazo e poupança) de R\$ 300 milhões para R\$ 1 bilhão. O limite de dedução do compulsório sobre depósitos a prazo passou de R\$ 700 milhões para R\$ 2 bilhões.

**16 de outubro:** O BC amplia as possibilidades para que os bancos possam aumentar a quantidade de dinheiro que têm em caixa a partir da venda de ativos para bancos maiores.

**22 de outubro:** o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lança decreto que autoriza Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal a comprem ações e participações de instituições financeiras nacionais. A Caixa também obteve autorização para comprar ações de construtoras com problemas de liquidez.

**23 de outubro:** governo decide zerar o IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) na liquidação de câmbio para a entrada de investidores externos no Brasil.

**27 de outubro:** O BC autoriza os bancos que anteciparem suas contribuições ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para 60 meses terão desconto no compulsório sobre depósito à vista. O valor mensal do desconto será o equivalente à contribuição de um mês ao FGC.

**29 de outubro:** o Federal Reserve americano e o Banco Central brasileiro estabelecem linha de swap no montante de 30 bilhões de dólares, com vencimento em 30 de abril de 2009. Segundo comunicados do Fed e do BC, o swap tinha por objetivo "melhorar a liquidez" no mercado financeiro ante a crise global. Outras linhas foram estabelecidas entre os EUA e México, Coréia do Sul e Cingapura.

**30 de outubro:** O BC anuncia uma regra para forçar os bancos a liberarem o crédito obtido com o alívio no compulsório. O dinheiro do compulsório sobre depósitos a prazo era recolhido como título público. Ou seja, o banco recebe uma remuneração igual à do

título. Os bancos passaram a recolher apenas 30% em títulos. Os outros 70% seriam recolhidos em espécie, ficando parados no BC sem remuneração. Para evitar essa perda, os bancos maiores, em tese, comprariam as carteiras de crédito e outros papéis de bancos menores.

**4 de novembro:** Banco Central altera as regras para leilões de empréstimos de dólares às exportações. BC afirma que linhas de empréstimos se encontram em patamar até 50% inferior ao normal.

**6 de novembro:** governo anuncia oferecimento de créditos de US\$ 6,9 bilhões a pequenas e médias empresas e ao setor automotivo.

**11 de novembro:** governo de São Paulo lança linha de crédito de R\$ 4 bilhões para o setor automotivo pela Nossa Caixa. No mesmo dia, a Caixa Econômica Federal anuncia aumento do limite de empréstimo para compra de material de construção de R\$ 7 mil para R\$ 25 mil.

**12 de novembro:** Caixa Econômica Federal anuncia liberação de crédito de R\$ 2 bilhões ao consumo, beneficiando pessoas físicas na compra de eletrodomésticos, equipamentos eletrônicos, móveis e material para construção.

**13 de novembro:** o Banco Central anuncia que, a partir do próximo dia 1º de dezembro, o recolhimento compulsório adicional sobre depósitos a prazo, à vista e de poupança não será feito em dinheiro, mas em títulos públicos. Agora, a nova regra injeta liquidez, mas redireciona os recursos novamente para a dívida pública.

**17 de novembro:** medida provisória alterou os prazos de pagamento do Imposto de Renda recolhido na fonte, da contribuição previdenciária, do PIS/Cofins e do IPI. O governo estima que a mudança de datas daria um alívio de R\$ 21 bilhões aos caixas das empresas brasileiras.

Como podemos observar, o governo Lula escolheu medidas para aumentar a demanda agregada da economia, principalmente no setor da construção civil, da agricultura, móveis e eletrodomésticos, segundo informações do Tribunal de Contas da União – TCU (2009).

Na construção civil, houve uma queda da produção industrial de insumos entre outubro de 2008 e fevereiro de 2009. A ação do governo brasileiro foi de aumentar de R\$ 7 mil para R\$ 25 mil o limite para empréstimo para a compra de materiais de construção. O

governo disponibilizou, em novembro de 2008, créditos de R\$ 2 bilhões para estimular o consumo em diversos setores, incluindo o de materiais de construção. Isso gerou aumento na produção industrial de insumos da construção civil.

Na agricultura, houve queda na produção de máquinas agrícola, a partir de outubro de 2008 até fevereiro de 2009. Houve a antecipação de créditos de R\$ 5 bilhões para o financiamento da safra agrícola. A produção de máquinas agrícola que indica o nível de atividade econômica na agricultura foi inferior à produção mensal de 2008, exceto em dezembro. A restrição ao crédito, à diminuição da procura mundial por produtos agrícolas e a consequente queda dos preços das commodities agrícolas explicam a tímida recuperação do setor.

No setor de automóveis, houve queda das vendas de carros nacionais a partir do final de julho até dezembro de 2008, motos e autopeças, de julho a novembro de 2008. O governo aumentou a oferta de créditos para o setor; aplicou isenção do IPI em carros de motor 1.0 e do IOF nos financiamentos de motocicletas e motonetas e ciclomotores. Como resultado, tivemos o aumento das vendas de automóveis nacionais de janeiro a outubro de 2009; e vendas de veículos, motos e autopeças, a partir de dezembro de 2008.

No setor de eletrodomésticos e móveis, as vendas reais no varejo, de setembro a dezembro de 2008, foram inferiores às vendas no mesmo período de 2009. O governo disponibilizou, em novembro de 2008, créditos de R\$ 2 bilhões para estimular o consumo em diversos setores incluindo o de móveis e eletrodomésticos; redução do IPI de fogões e geladeiras, lavouras e tanques, em abril de 2009. Como resultado, tivemos o aumento das vendas a partir de novembro de 2008; nos últimos três meses de 2009, obtiveram-se as maiores vendas do varejo.

As medidas implementadas possuíam alguns pilares básicos e possuíam um claro objetivo anticíclico: 1. Redução do compulsório e outras medidas para permitir maior liquidez dos bancos; 2. Linhas de crédito para produção e consumo; 3. Isenção ou redução de impostos para o empresário e para o consumidor final; 4. Compra de ações de instituições financeiras e construtoras com dificuldades de liquidez. Após um ano do agravamento da crise mundial, as medidas adotadas somavam 483 bilhões de reais, distribuídos conforme tabela abaixo.

TABELA 5 – MEDIDAS ANTICÍCLICAS DO GOVERNO LULA

<b>MEDIDAS ANTICÍCLICAS</b>	<b>VALOR (BILHÕES)</b>
Banco Central (compulsório, leilões)	R\$ 289,15
Crédito para exportadores via BNDES	R\$ 5
Crédito para setor agrícola via Banco do Brasil	R\$ 6
Crédito para empresas (BNDES e BB)	R\$ 19
Crédito para bens de consumo (CEF)	R\$ 2
Medidas de isenção fiscal	R\$ 15
Liberação de FGTS	R\$ 10
Adicional para o BNDES	R\$ 100
Captação do Tesouro no exterior	R\$ 1
Aumento do seguro-desemprego	R\$ 2,2
Pacote habitacional	R\$ 34
<b>Total</b>	<b>R\$ 483,35</b>

Fonte: Dados publicados no site TERRA, na matéria intitulada “Brasil mobilizou R\$ 483 bi em medidas de combate à crise”. Disponível em: [http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200909151836\\_BBB\\_78391577](http://economia.terra.com.br/noticias/noticia.aspx?idNoticia=200909151836_BBB_78391577).

Acesso em: 20.11.2014.

As medidas anticíclicas do governo tiveram sucesso se considerarmos sob a ótica da recuperação do crescimento do PIB e da produção industrial ou se considerarmos que o Brasil saiu da recessão primeiro que os EUA e a Europa.

Conforme figura abaixo, a produção industrial brasileira obtinha resultados ligeiramente positivos até o mês de maio de 2008. Entretanto, a partir de outubro a crise chega ao Brasil com força atingindo fortemente a produção industrial brasileira, nos meses seguintes as taxas de crescimento são negativas. No mês e dezembro a produção industrial brasileira recua 12,4 % segundo dados do IBGE (2008). No mês de janeiro de 2009 a produção industrial brasileira volta a crescer 2,3% puxada, principalmente, pela venda de automóveis, que devido à redução do IPI ficou mais barato com isso houve um aumento das vendas.

Gráfico 8 – VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL NO ANO DE 2008.

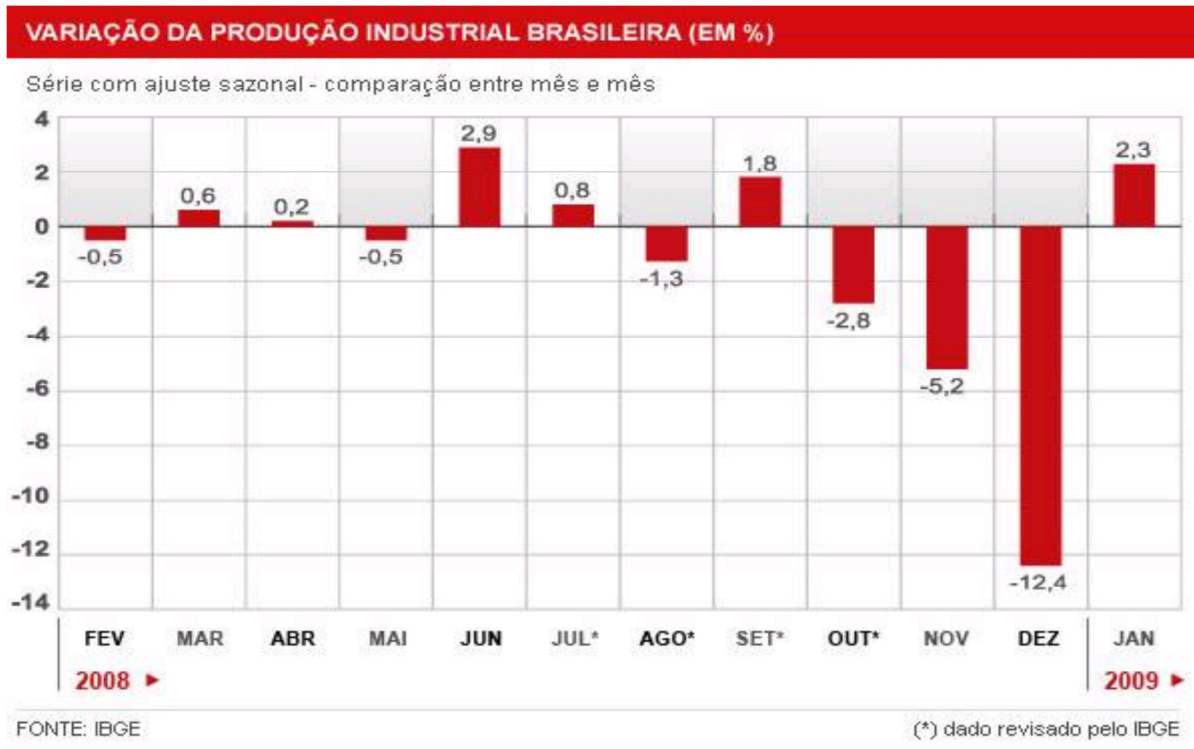
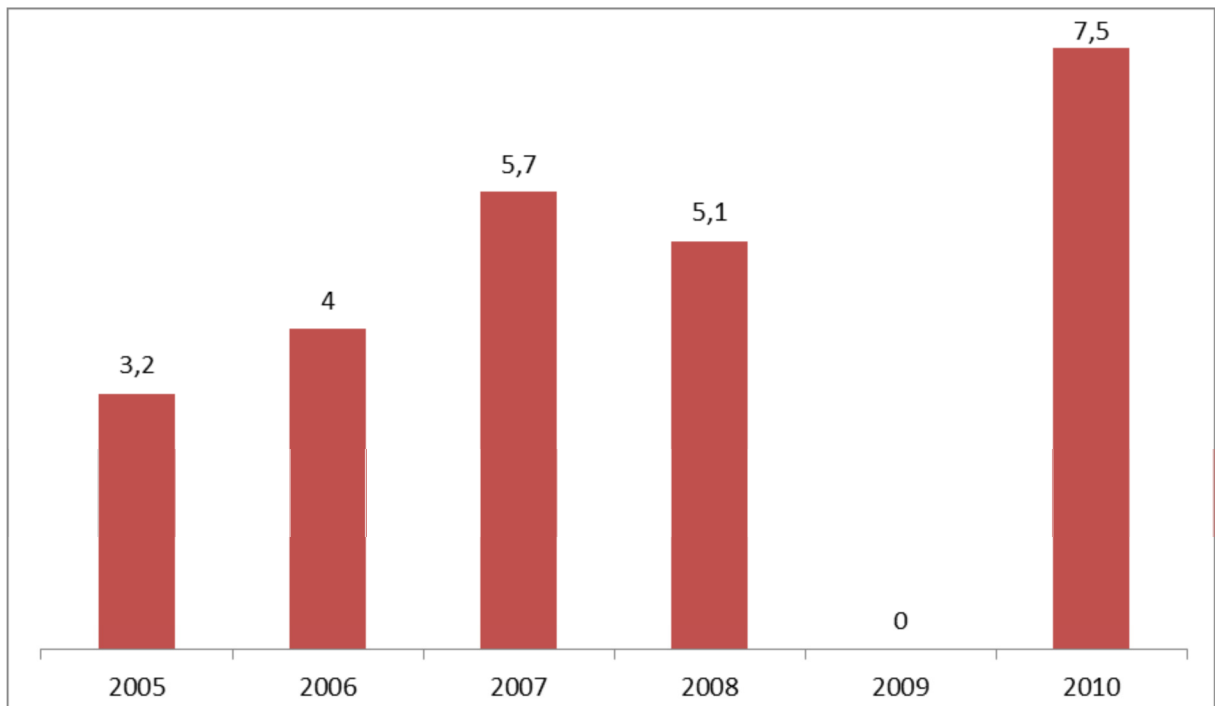


Gráfico 9 – VARIAÇÃO DO PIB ENTRE 2005 E 2010 NO BRASIL



Crescimento % do PIB brasileiro entre os anos de 2005 e 2010.

Fonte: IBGE (2010).

O resultado do PIB brasileiro de 2010 foi consequência, essencialmente, do dinamismo da demanda interna, reforçada pelas ações do governo federal para amenizar o efeito da crise de 2009. A redução do IPI para venda de veículos novos, a ampliação do crédito para a compra da casa própria, através de financiamento da Caixa Econômica Federal, e a ampliação dos financiamentos para investimentos, por parte do BNDES, foram alguns dos fatores que explicam o resultado favorável. Pelo ângulo da demanda, destaca-se a ampliação do consumo das famílias, motivada pelo aumento dos empregos e salários reais e o crescimento dos investimentos. Também ocorreu a retomada das exportações, sobretudo, de produtos básicos, como o minério de ferro, insuficientes, entretanto, para compensar o crescimento das importações.

O gráfico abaixo mostra a evolução da geração de empregos no ano de 2008 no Brasil. Note que os reflexos da crise se apresentam, a partir de outubro. Observa-se um aumento no número de demissões no Brasil, chegando a 1.389.804; no mês de novembro, o saldo ficou negativo em 40.821, ou seja, as demissões superaram as admissões. Observa-se, no mês de dezembro, um forte aumento no número de demitidos e uma queda bastante acentuada no número de admissões; o saldo ficou negativo em 654.946.

GRÁFICO 10 – VARIAÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL EM 2008



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), 2009.

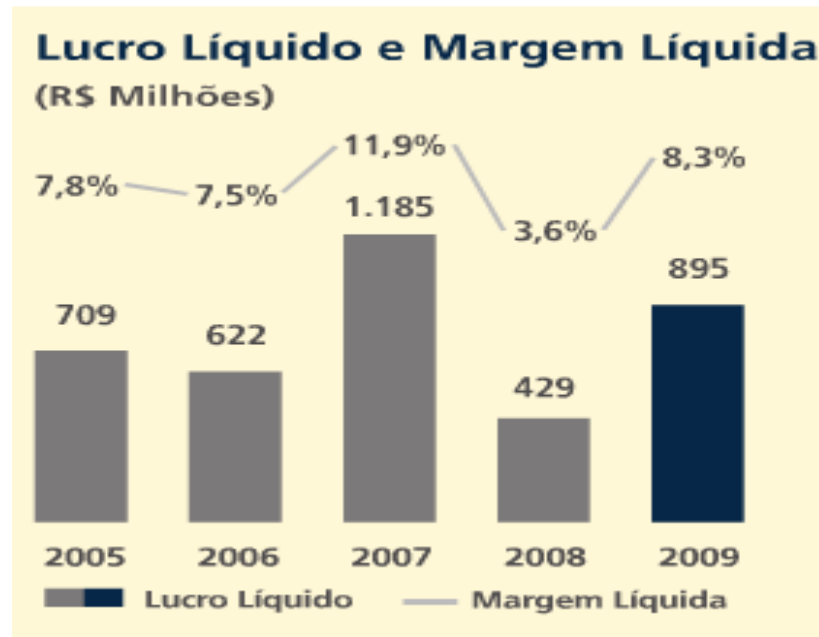
As constatações anteriores evidenciam que o Brasil conseguiu uma rápida recuperação em relação à Europa e aos EUA. No entanto, é necessário verificar qual classe social obteve posição vantajosa em relação às medidas anticíclicas. Para tanto, lançamos mão de expor algumas medidas e alguns exemplos que mostrarão como uma determinada classe foi privilegiada com a política anticíclica. Abordaremos a demissão de 4.270 trabalhadores da Embraer, a isenção do IPI, o salvamento de bancos privados com dinheiro público, desoneração da folha de pagamento e outros.

A EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A está entre as 500 maiores sociedades anônimas brasileiras e, em 2007, fechou o ano com um lucro líquido de R\$ 1.185 milhões. Possui uma atenção especial do governo em virtude de alavancar uma grande cadeia produtiva, ser uma das empresas nacionais com presença global e uma das principais exportadoras. A EMBRAER recebe constantemente apoio do Estado por meio de financiamentos oriundos do BNDES a taxas de juros que não chegam a 10% a.a.

No dia 19 de fevereiro de 2009, a EMBRAER anuncia a demissão de 20% da força de trabalho, o equivalente a 4.270 postos de trabalho com carteira assinada. Segundo o site G1 (2009), a companhia afirmou que, apesar de estar sediada no Brasil, mais de 90% de seu faturamento é proveniente do mercado externo. Por isso, a empresa não se beneficiaria da maior força que o mercado nacional vem mostrando diante da crise financeira internacional.

O Relatório Anual 2009 da EMBRAER registra lucro líquido de R\$ 895 milhões, ou seja, uma redução de 24,47% em relação ao lucro líquido de 2007, antes da crise econômica. No entanto, podemos constatar que um lucro líquido de R\$ 895 milhões é um resultado bem razoável que permitiria a empresa manter os 4.270 empregos e evitar mais danos à economia com a perda de demanda agregada. A EMBRAER hoje é controlada majoritariamente por capital privado e agiu dentro da ótica capitalista de redução de custos e maximização do lucro.

Gráfico 11 – Lucro líquido e margem líquida da Embraer 2005-2009



Fonte: EMBRAER – RELATÓRIO ANUAL 2009

O governo federal adotou uma postura completamente passiva e assistiu a demissão de 20% da força de trabalho de uma empresa na qual ele dispõe de participação acionária com poder de veto no conselho de administração. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, afirmou, em três de março de 2009, que esperava bom senso da EMBRAER para rever a demissão de trabalhadores, fazendo alusão ao anúncio da empresa feito em 19 de fevereiro de 2009 (ADMINISTRADORES, 2009).

Esse episódio mostra que a classe trabalhadora saiu diretamente prejudicada com 4.270 trabalhadores desempregados e o capital saiu completamente ileso, onde nem o poder executivo e nem o poder judiciário adotaram nenhuma medida concreta para garantir os empregos em uma empresa com superávit significativo. Neste episódio, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SINDMETAL-SJC) exigiu do governo federal uma ação concreta por meio de decreto para garantir o emprego dos trabalhadores. O governo nada fez e o mais grave é que parte destes trabalhadores foi recontratada pela Embraer com salários inferiores após a recuperação das vendas.

Neste caso, analisando dentro de uma ótica de economia de mercado, o governo não adotou nenhuma medida para garantir nem sequer uma parte dos empregos e nem cobra contrapartida das empresas mediante incentivos, ou seja, o governo Lula privilegiou o capital.

A política de redução de impostos e isenção fiscal foi um dos instrumentos mais utilizados de política fiscal para estimular a demanda agregada. Segundo o jornal O Estado de São Paulo, desde o começo da crise internacional em 2008, foram dez medidas de redução, prorrogação e retorno parcial do IPI, somando a quantia de R\$ 12,3 bilhões (*apud Diário do Grande ABC, 2014*). Em 2013, com o maior impacto da desoneração de impostos no orçamento da união, o governo deixou de arrecadar R\$ 4,5 bilhões.

Como podemos observar, o valor abdicado pelo governo federal é bastante expressivo. Mesmo com os incentivos e a recuperação das vendas de carros, como assinalamos mais acima, as montadoras brasileiras não pararam de demitir e o governo federal não exigiu nenhuma contrapartida das empresas, as quais lideram uma das principais cadeias produtivas do país.

Como exemplo, podemos citar a General Motors Brasil com sede em São José dos Campos (SP). Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SINDMETAL-SJC), a GM dispensou 687 trabalhadores no final de 2013. As demissões romperam o acordo coletivo assinado com o sindicato, o qual previa negociação para manutenção do nível de emprego na fábrica. O SINDMETAL-SJC exigiu do governo Lula um decreto que garantisse o emprego dos trabalhadores com base no incentivo da redução do IPI. Nada foi feito pelo governo. O evento mostra como a política fiscal de redução do IPI favoreceu diretamente o lucro das montadoras e não representou garantia de emprego no setor automotivo, ou seja, a classe trabalhadora não é priorizada, mas sim o lucro do capital.

Vimos que nos EUA e na EUROPA, os bancos centrais articularam compras e fusões de instituições financeiras com o objetivo de salvar bancos, seguradoras e multinacionais do setor automobilístico e outros. Foram gastos US\$ 9,682 trilhões de dólares no salvamento de empresas, dinheiro bem mais que o necessário para eliminar a fome do mundo. No Brasil, o presidente Lula aprovou decreto autorizando a Caixa e o Banco do Brasil a adquirir participação em instituições financeiras brasileiras. O Banco do Brasil adquiriu o banco Nossa Caixa do estado de São Paulo e o banco Votorantim.

Segundo o site G1 (09.10.09), Votorantim é o sétimo maior banco do país, com R\$ 81,3 bilhões em ativos. Com a operação, os ativos do Banco do Brasil passaram a somar R\$ 553,3 bilhões – volume ainda menor que os R\$ 575 bilhões do Itaú-Unibanco. O Banco do Brasil adquiriu 49,99% do capital votante e 50% do capital social por R\$ 4,2 bilhões.

Como podemos observar, a compra foi efetivada com dinheiro de umas das principais estatais brasileiras, ou seja, o Banco Votorantim foi agraciado com dinheiro público e o capital privado manteve o controle acionário tendo em vista que o Banco do Brasil adquiriu 49,99% do capital votante. A negociação foi extremamente vantajosa para o Votorantim, pois o mesmo conseguiu uma inversão significativa de capital e manteve o controle do banco. Esse episódio evidencia como o governo Lula privilegiou o grande capital nas medidas anticíclicas durante a crise na medida em que uma única empresa recebeu investimento no valor de 33% do orçamento do programa Bolsa Família em 2009 (R\$ 12,5 bilhões).

O governo Lula liberou diversas linhas de crédito para consumo, custeio e investimento para vários setores da economia como estratégia de incentivo a formação de demanda agregada. Como vimos mais acima, a medida foi eficiente do ponto de vista da reação provocada na demanda agregada, principalmente na demanda por bens de consumo duráveis (automóveis, eletrônicos e linha branca).

No entanto, pouco se fala do impacto da crise econômica e da política de crédito sobre a vida dos trabalhadores. O governo não adotou nenhuma política que provocasse o crescimento da massa total de salários da economia. Pelo contrário, adotou medidas para garantir o lucro das grandes empresas, como exemplo a política de incentivo ao consumo através do crédito.

Uma grave consequência dessa lógica é o endividamento crescente das famílias brasileiras. Esse é um problema crescente e que possui impacto direto na vida da classe trabalhadora. Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (CNC. PEIC NACIONAL, 2013), no ano de 2013, um número maior de famílias relatou ter dívidas – entre cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa, e outros – na comparação com o ano anterior. Observou-se que o percentual de famílias que relatou possuir dívidas permaneceu em patamar superior ao observado em 2012 durante todo o ano, alcançando seu maior patamar em julho de 2013, 65,2% das famílias, que corresponde ao segundo maior de toda a série histórica da pesquisa, ficando atrás somente do observado em fevereiro de 2011 (65,3%). O quadro abaixo mostra que o endividamento é crescente e que 62,5% das famílias estão endividadas. Podemos constatar que a leve recuperação da economia brasileira é grande parte fruto do endividamento das famílias e do aperto do orçamento familiar.

Tabela 6 – Quadro resumo da PEIC Nacional 2013

<b>Quadro resumo – Principais indicadores</b>				
	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Peic (Percentual do total) – Média anual</b>				
Famílias endividadadas	59,1%	62,2%	58,3%	62,5%
Famílias com conta em atraso	25,0%	22,9%	21,4%	21,2%
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	8,8%	8,0%	7,1%	6,9%
<b>Peic em número absolutos – Média anual</b>				
Famílias endividadadas	8.642.616	9.090.478	8.470.610	9.109.768
Famílias com conta em atraso	3.766.928	3.398.160	3.039.488	3.043.350
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	1.288.364	1.152.317	1.015.280	998.661
<b>Peic – Var.%</b>				
Famílias endividadadas	-	5,2%	-6,8%	7,5%
Famílias com conta em atraso	-	-9,8%	-10,6%	0,1%
Famílias sem condições de pagar as dívidas em atraso	-	-10,6%	-11,9%	-1,6%

Fonte: PEIC/ CNC.

O sistema financeiro e o capital financeiro são os grandes beneficiários do endividamento das famílias, pois uma parte significativa da renda é transferida para o setor financeiro por meio dos juros. O quadro abaixo mostra que os produtos de crédito dos bancos lideram o ranking dos principais tipos de dívida da família brasileira, em especial o cartão de crédito citado por 75,2% das famílias com dívida. É importante observar que o cartão de crédito é um instrumento predominantemente utilizado para crédito de curto prazo, ou seja, o alto nível de endividamento do cartão de crédito expressa a dificuldade do trabalhador em manter a compra dos bens e serviços de maior necessidade.

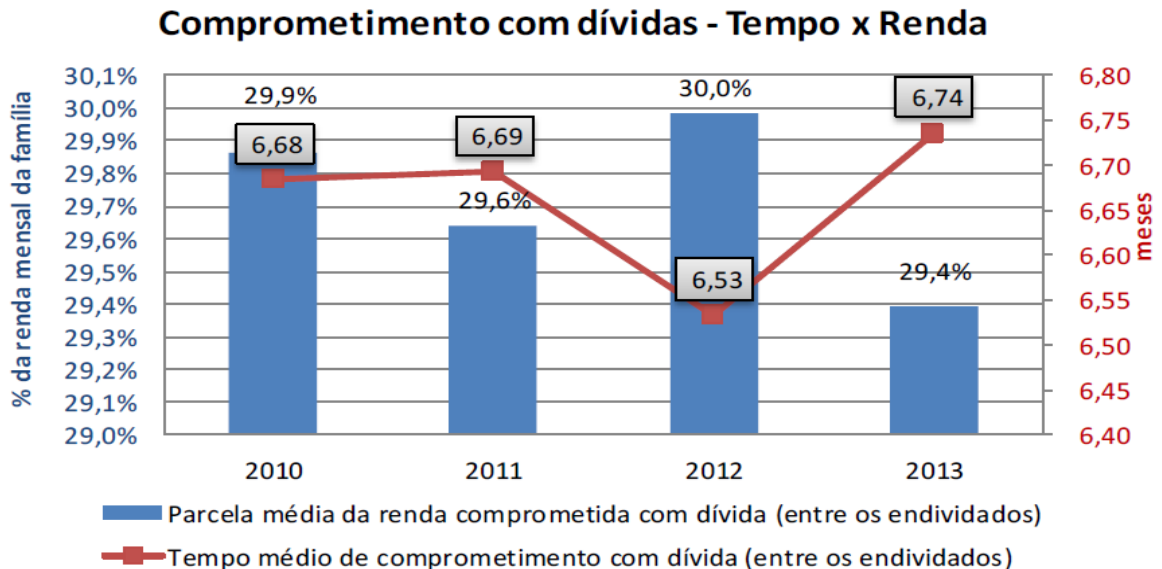
Tabela 7 – Endividamento por tipo de operação de crédito no Brasil 2010-2013

<b>Tipo de dívida</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Cartão de crédito</b>	70,9%	72,7%	73,6%	75,2%
<b>Cheque especial</b>	8,3%	6,8%	6,2%	6,2%
<b>Cheque pré-datado</b>	4,0%	3,0%	2,7%	2,2%
<b>Crédito consignado</b>	3,9%	3,9%	4,0%	5,2%
<b>Crédito pessoal</b>	11,3%	10,8%	11,3%	10,5%
<b>Carnês</b>	25,0%	22,0%	19,8%	18,7%
<b>Financiamento de carro</b>	10,3%	10,0%	11,5%	12,2%
<b>Financiamento de casa</b>	3,2%	3,5%	4,5%	6,1%
<b>Outras dívidas</b>	2,5%	3,1%	2,2%	2,5%
<b>Não sabe</b>	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%
<b>Não respondeu</b>	0,3%	0,5%	0,3%	0,3%

Fonte: PEIC/ CNC.

O comprometimento médio da renda mensal da família gira em torno de 30%, conforme gráfico 12 abaixo. O percentual é alto se considerarmos que, conforme Censo 2010, 72% dos brasileiros ganhavam até dois salários mínimos e que neste nível de renda a maior parte da cesta de consumo é dedicada à alimentação, moradia e transporte.

Gráfico 12 – Comprometimento com dívida no Brasil – Tempo e Renda - 2010 - 2013



Fonte: PEIC/ CNC.

**TABELA 8 - RENDIMENTO MENSAL NO BRASIL 2010 (EM SALÁRIO MÍNIMO\*)**

RENDIMENTO	POPULAÇÃO
Sem rendimento**	6,60%
Até meio salário mínimo	8,10%
Entre meio e 1 salário mínimo	24,50%
De 1 a 2 salários mínimos	32,70%
De 2 a 3 salários mínimos	10,60%
De 3 a 5 salários mínimos	8,30%
De 5 a 10 salários mínimos	6,10%
De 10 a 20 salários mínimos	2,20%
Mais de 20 salários mínimos	0,90%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

\* Salário mínimo utilizado: R\$ 510

\*\* Inclusive as pessoas que recebiam somente em benefícios

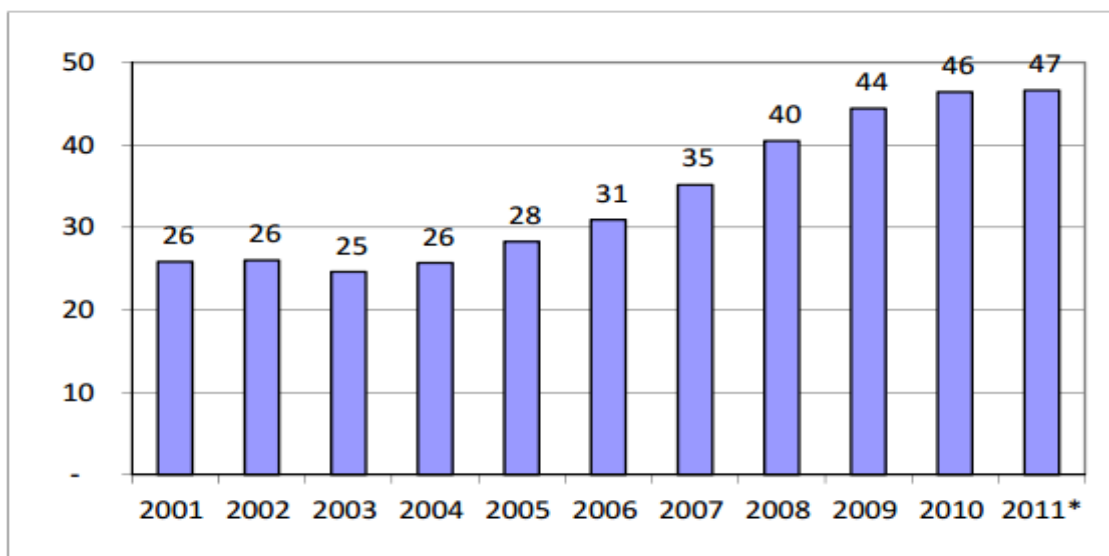
Os bancos públicos tiveram participação de destaque durante a crise considerando todo o sistema financeiro nacional. Segundo o IPEA, os bancos públicos federais tiveram atuação anticíclica durante a crise financeira mundial e permitiram que o crédito continuasse

crescendo de forma acelerada no Brasil. Desde 2008, as intuições financeiras privadas reduziram o ritmo de aumento dos financiamentos (a taxa era de quase 25% e ficou abaixo de 10% em 2010). Ao mesmo tempo, os créditos concedidos por bancos estatais chegaram a subir acima de 30% em 2009, reduzindo os efeitos da crise mundial sobre o consumo e a produção no país.

Como podemos observar, os bancos privados adotaram uma política contracionista e protecionista perante o maior risco de inadimplência do crédito. Coube aos bancos públicos federais (BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia) atender a demanda por crédito da economia. O capital financeiro sai privilegiado mais uma vez, pois o governo Lula pouco exigiu dos bancos privados, haja vista não poder confrontar-se com os seus maiores doadores de campanhas eleitorais (GONÇALVES, 2007).

Dentro da lógica da economia de mercado, a economia brasileira teve um crescimento de 12 pontos percentuais no volume de crédito em proporção ao PIB. Conforme gráfico abaixo, a demanda agregada é cada vez mais dependente do crédito enquanto os salários dos trabalhadores seguem baixos e não crescem na proporção dos lucros e da geração de riqueza.

Gráfico 13 - Crédito total/PIB no Brasil – 2001 - 2011(%)



\*Até maio;

Fonte: BCB, elaboração Ipea

Outra medida muito comemorada pelos empresários foi a desoneração da folha de pagamento. Este benefício teve início em 2011 e atende a 56 segmentos da indústria, dos

serviços, dos transportes, do comércio e da construção. A contribuição patronal para previdência social passa de 20% sobre a folha de pagamento para 1% ou 2% do faturamento, conforme atividade.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, os trabalhadores são diretamente prejudicados devido à redução do aporte de recursos para a Previdência Social que não será compensada com outra fonte de recursos. Além deste prejuízo que atinge diretamente o trabalhador, o próprio governo federal perdeu cerca de R\$ 8 bilhões somente nos primeiros quatro meses do ano, com previsão de perda de mais de R\$ 20 bilhões ao longo de 2014. Para os empresários, a desoneração da folha de pagamentos significa menos gastos com salários, menos custo para produção, aumentando assim sua lucratividade.

As políticas econômicas abordadas acima tornam evidente que o governo Lula interviu durante a crise econômica com o objetivo de sustentar a demanda agregada, o nível de preço das mercadorias e a taxa de lucro das empresas, em especial dos bancos, da indústria automobilística e da indústria da construção civil.

## CONCLUSÃO

A crise econômica mundial aberta em 2008 perdura até hoje acompanhada de uma constante disputa entre capital e trabalho pelo desfecho e pelas consequências desta crise. Até agora, os capitalistas dos diversos países vêm adotando medidas que visam à retomada do ciclo de crescimento da economia mundial, através do dinheiro público aplicado no resgate dos bancos e das multinacionais, do desemprego, da precarização dos serviços públicos, principalmente a saúde, a educação, o transporte coletivo e a aposentadoria.

De uma forma geral, chegamos a quatro conclusões centrais nesta pesquisa. Em primeiro lugar, as crises cíclicas do capitalismo são consequências das leis naturais de funcionamento do sistema capitalista. As crises cíclicas do capitalismo são resolvidas com uma crise social da sociedade capitalista, isto é, o capital aumenta e diversifica as formas de exploração da classe trabalhadora para despejar os prejuízos da crise sobre os trabalhadores.

Em segundo lugar, a crise econômica mundial de 2008, apesar de ser caracterizada por ser uma crise clássica cíclica, revelou, especificamente, os limites e as contradições do sistema metabólico do capital na atual fase – da fusão entre capital produtivo e capital financeiro ou imperialismo – e da aparente supremacia do chamado capital especulativo sobre o processo real de produção de mercadorias.

Em terceiro lugar, a crise econômica mundial de 2008 no Brasil se revelou, primeiramente, no setor produtivo, tendo um impacto menor no setor financeiro. Os impactos não foram tão graves em comparação com a Europa e os EUA. A dinamicidade do mercado interno, a fuga de capitais dos países centrais para o Brasil e a intervenção do governo na economia foram fundamentais para a rápida recuperação da economia brasileira, embora a economia esteja constantemente próxima da estagnação.

Em quarto lugar, o governo Lula – caracterizado como um governo de Frente Popular – reagiu à crise econômica mundial de 2008 da mesma forma que os governos burgueses dos outros países, em particular, o governo americano e os governos europeus, injetando recursos públicos no setor privado e adotando uma série de medidas econômicas anticíclicas que privilegiaram a burguesia.

Por fim, vale salientar que, em nossa avaliação, a crise econômica iniciada em 2008 está longe de ser resolvida, dependendo não apenas da eficácia das medidas econômicas

implementadas, mas, também, da correlação de forças existente entre as classes em disputa, ou seja, da luta de classes.

A presente pesquisa não possui caráter definitivo, uma vez que analisa um fenômeno que ainda se encontra em desenvolvimento – a segunda maior crise cíclica da história do capitalismo. Buscamos tornar evidente que os impactos de uma crise econômica são sofridos por todas as classes sociais, em especial pela classe dominada, isto é, pela classe trabalhadora. Essa visão é um contraponto da maioria das análises que acreditam que as medidas econômicas de caráter anticíclico são a solução da crise. Na verdade, essas medidas possuem um caráter de classe e um claro objetivo de recuperar a economia aumentando a exploração do trabalho, seja de forma direta ou indireta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADMINISTRADORES.** Lupi diz esperar pelo bom senso da Embraer para rever demissões de trabalhadores. 2009. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/lupi-diz-esperar-bom-senso-da-embraer-para-rever-demissao-de-trabalhadores/21296/>>. Acesso em: 08 jun. 2014.
- ALMEIDA, José Maria de. A crise na economia capitalista e os desafios da classe trabalhadora. **Universidade e Sociedade**. Ano XIX. Nº 44. Julho de 2009. Brasília: ANDES-SN, 2009.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Editora Cortez: São Paulo, 2007.
- CANARY, Henrique. O que é... Conceitos fundamentais de política, economia e sociedade. Editora José Luís e Rosa Sundermann: São Paulo, 2012.
- CHESNAIS, Francois. **A mundialização financeira: gêneses, custos e riscos**. Editora Xamã: São Paulo, 1996.
- COGGIOLA, Osvaldo. À beira do abismo. **História Viva**. Disponível em: <[http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/crise\\_1929\\_capitalismo\\_eua\\_coggiola.htm](http://www2.uol.com.br/historiaviva/reportagens/crise_1929_capitalismo_eua_coggiola.htm)>. Acesso em: 13 out. 2013.
- \_\_\_\_\_. **10 anos de governo do PT**. 2012. Disponível em: <<https://www.marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/O-Coggiola.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2014.
- DANTAS, Rodrigo. **A grande crise do capital**. 2009. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/df/cefp/Cefp14/dantas.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2013
- DIÁRIO DO GRANDE ABC**. Corte do IPI custou R\$12,5 bilhões ao governo. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/Noticia/506928/corte-de-ipi-custou-rs-12-3-bilhoes-ao-governo?referencia=buscas-lista>>. Acesso em: 29 jun 2014.
- EMBRAER. RELATÓRIO ANUAL 2009**. Disponível em: <[http://www1.embraer.com.br/relatorios\\_anuais/relatorio\\_2009/portugues/index.html](http://www1.embraer.com.br/relatorios_anuais/relatorio_2009/portugues/index.html)>. Acesso em: 08 jun. 2014.
- GARCIA, Cyro. **PT: de oposição à sustentação da ordem**. Editora Achiamé: Rio de Janeiro, 2011.
- GLOBO**. Banco do Brasil compra parte do banco Votorantim por bilhões. Disponível em: <[http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL949226-9356,00-BANCO+DO+BRASIL+COMPRA+PARTE+DO+BANCO+VOTORANTIM+POR+R+BILHOES.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL949226-9356,00-BANCO+DO+BRASIL+COMPRA+PARTE+DO+BANCO+VOTORANTIM+POR+R+BILHOES.html)>. Acesso em: 08 jun. 2014.
- \_\_\_\_\_. Embraer anuncia mais de mil demissões por conta de crise. Disponível em: <[http://g1.globo.com/Noticias/Economia\\_Negocios/0,,MUL1010064-9356,00-EMBRAER+ANUNCIA+MAIS+DE+MIL+DEMISSOES+POR+CONTA+DA+CRISE.html](http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1010064-9356,00-EMBRAER+ANUNCIA+MAIS+DE+MIL+DEMISSOES+POR+CONTA+DA+CRISE.html)>. Acesso em: 08 jun. 2014
- GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Editora Contraponto: São Paulo, 2007.
- IPEA**. Bancos públicos sustentaram o crescimento do crédito. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9836:bancos-publicos-sustentaram-o-crescimento-do-credito&catid=3:dimac&Itemid=3](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9836:bancos-publicos-sustentaram-o-crescimento-do-credito&catid=3:dimac&Itemid=3)>. Acesso em: 08 jun. 2014.
- KRUGMAN, Paul. **A crise de 2008 e a economia da depressão**. Editora Elsevier: São Paulo, 2009.
- LÊNIN, Vladimir. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. Editora Estampa: Santos, 2008.

- MANDEL, Ernesto. IN: **Introdução à Teoria Econômica Marxista**. São Paulo: Editora José Luiz e Rosa Sundermann, 2006.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro3. v. 4. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro4. v. 2. São Paulo: DIFEL, 1980.
- MINSKY, Hyman P. **JOHN MAYNARD KEYNES**. São Paulo: Editora Unicamp, 2011.
- MORENO, Nahuel. **Os governos de frente popular na História**. São Paulo: Editora José Luiz e Rosa Sundermann, 2003.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO. **PESQUISA NACIONAL DE ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA DO CONSUMIDOR 2013**. Disponível em: <[http://www.ibegi.org.br/resources/o\\_perfil\\_do\\_endividamento\\_das\\_familias\\_brasileiras\\_em\\_2013.pdf](http://www.ibegi.org.br/resources/o_perfil_do_endividamento_das_familias_brasileiras_em_2013.pdf)>. Acesso em: 08 jun. 2014.
- SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. IN: **Introdução à Teoria Econômica Marxista**. São Paulo: Editora José Luiz e Rosa Sundermann, 2006.
- SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. **A crise e seus desdobramentos**. 2011. Disponível em: <<http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/a-crise-e-seus-desdobramentos-por-plinio-de-arruda-sampaio-jr/>>. Acesso em: 13 out. 2013
- SINDICATO DOS METALURGICOS DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS. **Desoneração da folha de pagamento: mais um ataque aos trabalhadores**. Disponível em: <<http://www.sindmetalsjc.org.br/imprensa/ultimas-noticias/1984/desoneracao+da+folha+de+pagamento+mais+um+ataque+aos+trabalhadores.htm>>. Acesso em: 08 jun. 2014.
- TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Contas do governo da república, 2009. Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas\\_governo/contas\\_09/index.htm](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_governo/contas_09/index.htm)>. Acesso em: 29 jun 2014.
- TROTSKY, Leon. **A III Internacional depois de Lenin**. São Paulo: Editora José Luiz e Rosa Sundermann, 2010.
- VEJA. Folia do setor automobilístico no PIB cresce 45,6% em 11 anos. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/folia-do-setor-automobilistico-no-pib-cresce-45-6-em-11-anos-diz-estudo>>. Acesso em: 06 out. 2013.
- \_\_\_\_\_. Crise financeira: o que foi feito contra a crise. 29/09/2009. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/crise-financeira/guia1.html#1eua>>. Acesso em: 13/12/2013.
- UOL. “Veja as medidas contra a crise já tomadas pelo governo no Brasil”. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultnot/2008/12/11/ult4294u2001.jhtm>>. Acesso em: 17/05/2014.
- SWI. “Governos gastam quase US\$ 10 trilhões com a crise”. Disponível em: <<http://www.swissinfo.ch/por/governos-gastam-quase-us--10-trilh%C3%B5es-com-a-crise/846172>>. Acesso em: 01/11/2014.